

Roraima

no centro da internacionalização da Amazônia

Novembro de 1999



Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIA)

Comitê organizador no Brasil: Vitor Grunewaldt, Nilder Costa e Geraldo Luís Lino

Rio de Janeiro: R. México, 31 sala 202 CEP 20031-144 Telefax 21-532-4086

E-mail: msia@centroin.com.br

Porto Alegre: Caixa Postal 5035 CEP 90041-970 Tel.: 51-331-6164

Colômbia: A.A. 1286, Bogotá, D.F.

México: Rio Tiber nº 87, 5º piso. Colonia Cuauhtémoc, México, D.F. CP 065000

Peu: Av. Petit Thouars 4328, Piso 4 Miraflores, Lima 19

Venezuela: Apdo. Postal 70534, Los Ruices. Caracas 1070

República Dominicana: Apdo. Postal 520-2, Santo Domingo

A “ecoditadura” anglo-americana

A presente investida do aparato ambientalista da oligarquia internacional contra a Amazônia, na qual se incluem as ações das ONGs Associação Amazônia e Grupo de Trabalho Europeu sobre a Amazônia (EWGA) em Roraima, significa que o *Establishment* oligárquico já está atuando com a perspectiva de um esforço decisivo para a instauração de uma virtual “ecoditadura” no País. A intenção é impor uma ordem malthusiana, na qual a Região Amazônica estaria destinada a manter-se despovoada e isolada, obstaculizando qualquer iniciativa de desenvolvimento real, como a tentativa de implementação hidrovias e cultivos de arroz e soja; pelo outro, consolidar os temas ambientais-indigenistas como importantes elementos da estratégia geopolítica para o estabelecimento de uma estrutura de “governo mundial”, semeando na região as sementes do separatismo, a “cantonização” e, no futuro, a desintegração territorial.

Essa ofensiva é coordenada pelo aparato internacional de ONGs que gravita ao redor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e outras entidades diretamente vinculadas à Casa de Windsor. A escalada do ambientalismo como arma geopolítica ocorre no momento em que presenciamos os estertores do atual sistema financeiro mundial, tendo a função de manter grandes territórios ricos em recursos naturais sob o controle efetivo daqueles círculos oligárquicos, como “ativos negociáveis” na reorganização do que imaginam venha a ser a perpetuação e ampliação do seu poderio global, após a derrocada do sistema financeiro em sua presente forma.

A ameaça sobre a Amazônia não pode ser menosprezada, dada a gravíssima situação da Colômbia, onde o presidente Andrés Pastrana promove os chamados “diálogos de paz”, entregando à narcoguerrilha das FARC o controle efetivo de cerca de 40% do território nacional - política apoiada por uma facção do Departamento de Estado dos EUA encabeçada pela secretária de Estado Madeleine Albright. Para complicar, grande parte do território controlado pela narcoguerrilha se situa na Amazônia colombiana.

A esse cenário calamitoso, soma-se o agravante da atuação do desequilibrado presidente da Venezuela Hugo Chávez, que, como parte de seu intento de consolidar um poder ditatorial interno, tem promovido a narcoguerrilha colombiana à condição de “beligerantes legítimos”, o que, em seu tortuoso entendimento, ajudaria a consolidar um eixo de insurreições “bolivarianas” coordenado com Fidel Castro e as redes do Foro de São Paulo.

Essa nova fase da escalada ambientalista-indigenista contra o Brasil é resultado direto dos

acordos feitos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso durante a sua visita de Estado a Londres, em dezembro de 1997, durante a qual prometeu ao príncipe Philip - o “executivo-chefe” da campanha ambientalista-indigenista - empenhar-se para chegar à meta de reservar 10% do território brasileiro para áreas de proteção ambiental. Com a mesma concepção, em recente entrevista à revista alemã *Der Spiegel*, FHC afirmou o seu apoio à criação de um tribunal internacional para julgar crimes contra os direitos humanos e o meio ambiente.

Internamente, o agravamento da situação na Região Amazônica está relacionado às últimas mudanças ocorridas nos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, que levaram aos escalões superiores destes órgãos indivíduos notoriamente vinculados ao aparato internacional das organizações não-governamentais (ONGs) envolvidas na consolidação da “agenda verde global” e outros processos de “engenharia social” destinados a abrir caminho para o pretendido esquema de “governo mundial”. Entre eles, destacam-se, além do próprio ministro da Justiça José Carlos Dias; a antropóloga Mary Allegretti, atual secretária-geral da Amazônia Legal, “criadora” do mito Chico Mendes e talvez a mais importante agente de influência do aparato ambientalista no Brasil; a advogada Elizabeth Sussekind, secretária de Justiça do Ministério da Justiça, fundadora do Movimento Viva Rio e uma das coordenadoras da campanha de desarmamento civil em curso no País; E o novo presidente da FUNAI, Carlos Frederico Marés, ex-presidente do Instituto Sócio-ambiental (uma das ONGs mais ativas na campanha contra as hidrovias brasileiras), cujas ações são influenciadas pela experiência da insurreição “zapatista” em Chiapas, no Sul do México, manipulando a “carta indígena” para promover operações deletérias à soberania nacional.

Nesse contexto, assumem particular relevância as “avaliações” do pesquisador mexicano da Universidade de Harvard Juan Enriquez Cabot, que tem propagandeado a idéia da inviabilidade do que chama “os Estados-Golias”, como Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia, os quais, avalia, poderão enfrentar divisões territoriais no início do próximo século. Não é coincidência que Cabot tenha sido “negociador” do Governo mexicano junto aos “zapatistas” de Chiapas.

Como um claro exemplo do que se pretende em Roraima, o EWGA coordena um projeto denominado Iniciativa do Escudo das Guianas (GSI), cujo objetivo é utilizar esta vasta unidade geológica como base para o estabelecimento de um grande programa integrado de “proteção ambiental” em toda a região abarcada por ela, que inclui os estados do Amapá, Roraima e

parte do Amazonas, a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e parte da Venezuela. O projeto retoma a velha intenção da oligarquia anglo-holandesa de controlar a chamada “Ilha da Guiana”, delimitada pelos rios Orenoco, Negro, Amazonas e o canal de Cassiquiare, região de grande importância geoestratégica e dotada de grandes riquezas naturais, anteriormente relacionada ao mito do Eldorado e atualmente representada pelos seus recursos minerais e biológicos.

Não obstante a sua intensidade atual, a estratégia ambientalista-indigenista do *Establishment* oligárquico não apresenta novidade. Em verdade, ela começou a ser elaborada no final da década de 60, juntamente com o surgimento do movimento ambientalista de massa, quando a Monarquia britânica deu partida à campanha para a criação da reserva indígena ianomâmi criando a ONG Survival International, como uma “divisão humana” do WWF. Ao longo da década de 70, a ofensiva se consolidaria institucionalmente a partir das diretrizes estabelecidas por proeminentes órgãos do *Establishment*, como o Conselho de Relações Exteriores de Nova York (CFR) e a Comissão Trilateral, colocadas em prática nos EUA no Governo Jimmy Carter, conhecido no próprio país como “governo da Trilateral”. Com Carter e seu secretário de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, mentor intelectual de Madaleine Albrihtg, não apenas os “direitos humanos”, como também o malthusianismo-ambientalismo viriam a consolidar-se como pedras angulares da política exterior dos EUA, influência posteriormente estendida a outros países ocidentais.

A diretriz malthusiana da política estadunidense se mostra com clareza no famigerado relatório NSSM-200 do Conselho de Segurança Nacional, elaborado por orientação do então secretário de Estado Henry Kissinger, em 1974, cuja orientação explícita é a de evitar o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico de um grupo de 12 países-chaves considerados de vital importância como fornecedores de matérias-primas para os EUA. Entre eles, destacam-se o Brasil, Colômbia, México, Indonésia, Nigéria e outros países atualmente às voltas com sérios problemas de insurreições internas fomentadas ou apoiadas pelos centros de poder anglo-americanos.

Por sua vez, a hipócrita política de “direitos humanos” do Governo Carter foi o embrião para as iniciativas que se seguiram, no sentido de manipular tais diretrizes como instrumentos de pressão política contra os Estados nacionais soberanos, por intermédio de ONGs como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch e outras. Daí veio também o mais recente desdobramento deste esforço, o “combate à corrupção”, moto da nova ONG criada especificamente para esta finalidade, a Transparência Internacional do príncipe Philip, cujos quadros são ex-funcionários do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre outros agentes de influência, a entidade é a

controladora do juiz espanhol Baltazar Garzón, o autoproclamado “paladino da justiça tardia, mas infalível”, contra ex-chefes de regimes militares ibero-americanos.

No Brasil, a fase operacional da campanha ambientalista-indigenista foi deflagrada ainda no Governo José Sarney, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988, tendo atingido um auge de pressões no primeiro semestre de 1989, o qual foi parcialmente esvaziado pela firme oposição de setores nacionalistas encabeçados pelas Forças Armadas. A ofensiva seria retomada em grande escala no Governo Collor, tendo o seu ápice na instituição da reserva ianomâmi pelo ministro da Justiça Jarbas Passarinho, após uma série de pressões explícitas do Senado dos EUA e do Governo George Bush. No atual Governo brasileiro - que considera as ONGs como “organizações neogovernamentais” -, a convivência com a “agenda verde” é absoluta, como se depreende da tolerância com os ataques das ONGs às hidrovias e outros projetos de infra-estrutura e da draconiana legislação ambiental que acaba de ser aprovada no Congresso.

A investida contra Roraima representa a etapa mais avançada da “agenda verde global” para o País, num momento em que a perfídia da geopolítica anglo-americana volta a mostrar-se em sua plenitude nos conflitos no Cáucaso e na Ásia Central, com os mesmos propósitos de desestabilização dos Estados nacionais soberanos. Como declarou recentemente Martin Palmer, assessor para assuntos “religiosos e culturais” do príncipe Philip, é absolutamente fundamental para a política britânica reforçar o processo de “fragmentação dos impérios”. Segundo suas próprias palavras, “a Pérfida Albion está viva e ativa. O Foreign Office britânico tem uma agenda definida, que continua sendo dividir e dominar”.

Afortunadamente, a conscientização sobre a gravidade da ameaça sobre a Amazônia tem-se disseminado entre cidadãos privados e autoridades brasileiras. Um exemplo é a mobilização das Forças Armadas, com a transferência de várias unidades militares para a região, atualmente considerada a principal área de conflito potencial para o País. No final de outubro, uma manifestação da capacidade de intervenção rápida das F.As. na região foi proporcionada pelas manobras conjuntas realizadas na fronteira com a Colômbia, que envolveram 5.000 homens do Exército, Aeronáutica e Marinha, sob o comando do general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, chefe do Comando Militar da Amazônia.

O presente relatório foi elaborado para proporcionar aos patriotas brasileiros o conhecimento da ordem de batalha dessas forças desestabilizadoras, possibilitando a preparação de uma defesa eficaz contra essa insidiosa agressão - que terá que ser revertida politicamente de imediato, para evitar que, no futuro, tenha que ser combatida militarmente.

Roraima no centro da internacionalização da Amazônia

A segregação de 44% do território de Roraima em reservas indígenas ou outras áreas de preservação ambiental não é um fato ocasional, uma mera coincidência de esforços separados de ONGs nacionais e internacionais, refletindo uma preocupação legítima com a proteção do meio ambiente ou dos povos indígenas, nem tampouco responde a qualquer interesse nacional. A questão, que levou a Assembléia Legislativa do Estado a instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual ficou conhecida como CPI da Terra, envolve um esforço deliberado e exógeno para inviabilizar qualquer desenvolvimento econômico racional daquele Estado amazônico e, por extensão, de toda a região. O que se pretende claramente é obstaculizar qualquer atividade civilizatória em seu amplo território riquíssimo em recursos naturais.

Além do seu já comprovado potencial de recursos minerais, Roraima está despontando como uma nova fronteira agrícola, como tem sido atestado pelos excelentes resultados das pesquisas da (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Recentemente, num seminário realizado no Centro Experimental de Monte Cristo, a entidade revelou os ótimos índices de produtividade de cultivos experimentais efetuados no Estado: arroz de sequeiro, 3,6 toneladas por hectare; arroz irrigado, 7 t/ha; milho, 9 t/ha; e algumas variedades de soja, 4 t/ha. Contudo, uma das maiores vantagens de Roraima é a sua privilegiada posição geográfica e clima. Como a maior parte do seu território se situa no Hemisfério Norte, Roraima pode produzir soja, por exemplo, no período da entressafra dos outros produtores do País. Além disto, seu clima permite a colheita em 110 dias (e durante todo o ano), enquanto no Centro-Oeste este período não é inferior a 130 dias.

Outra vantagem de Roraima é a divisão bem definida entre matas e lavrado, o que permite a produção de grãos com agressão mínima ao meio ambiente, uma vez que não necessita desmatamentos. O escoamento da safra, crucial para definir o sucesso de um empreendimento no setor, pode ser equacionado se forem realizados melhoramentos em alguns pontos críticos do baixo rio Branco, o que permitiria a utilização do modal de transporte de mais baixo custo, o hidroviário.

É exatamente esse potencial de transformação do Estado num polo dinâmico, que aponte o caminho do desenvolvimento racional ao restante da Amazônia, que preocupa o aparato ambientalista internacional a serviço do *Establishment* oligárquico, interessado em manter a região como uma “reserva de recursos naturais” inaproveitados pelos brasileiros.

Uma sinopse da linha de ataque contra Roraima e os outros ex-territórios brasileiros (Amapá, Acre e Rondônia)

foi feita pelo Dr. Stephen Schwartzman, ativista sênior do Environmental Defense Fund e membro fundador do Instituto Socioambiental, duas das principais ONGs integrantes da investida anti-Amazônia, criticando veementemente o “imenso emaranhado de transferências, subsídios e políticas federais que subvencionam e incentivam o processo da ocupação desordenada da Amazônia”. Segundo ele, Roraima não existiria como Estado sem a transferência de centenas de milhões de reais do governo federal “pois não há atividade econômica que o sustente. É um Estado do tamanho de São Paulo e com menos de 250 mil habitantes, mas que tem oito deputados no Congresso Nacional, que ficam chantageando o Governo federal solicitando a redução das áreas indígenas e criando municípios orçamentariamente inviáveis, cuja única base de sustentação econômica é o garimpo ilegal, a prostituição e o contrabando. Se a representação no Parlamento fosse por critérios proporcionais à população, talvez Roraima não tivesse direito sequer a um deputado. Considerando a atitude da classe política de Roraima para com as terras indígenas do Estado, o povo brasileiro está pagando pelo esbulho do seu próprio patrimônio. E, cabe ressaltar, que esta é a estrutura político-econômica da Amazônia como um todo”. Tais afirmações foram publicadas no relatório *A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*”, emitido este ano pela ONG Rede Brasil.

No centro da investida contra Roraima está a chamada Associação Amazônia, ONG internacional cujas atividades estão sendo investigadas pela CPI da Terra. Por trás dela, encontramos intrincados interesses internacionais ligados ao aparato ambientalista dirigido por famílias oligárquicas predominantemente anglo-holandesas. Por exemplo, toda a pressão que as autoridades estaduais e federais vêm sofrendo para interromper as investigações sobre a Associação foram determinadas em uma reunião em Amsterdam, Holanda, em 28 de maio passado, quando o presidente da Associação, o britânico Christopher Clark, exigiu ações mais concretas ao Grupo de Trabalho Europeu sobre a Amazônia (European Working Group on Amazonia - EWGA), entidade que coordena a presente investida em Roraima.

Tais “providências” não tardaram muito e, em meados de agosto, aportaram em Boa Vista dois altos emissários do Governo britânico, o secretário do Ministério da Relações Exteriores Paul Taylor e o secretário da embaixada britânica no Brasil John Pearson. Seu objetivo era visitar a reserva indígena Raposa-Serra do Sol, para “conhecer de perto a realidade indígena” e conversar com ativistas ligados à questão indígena. A visita causou um grande escândalo em Roraima, ainda mais porque os representantes britânicos

foram “convidados” pelo Conselho Indigenista de Roraima, ligado ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O motivo alegado para a visita foi tão pueril que mal ocultava o caráter de pressão sobre o Governo brasileiro para a demarcação da reserva. Numa audiência com o governador Neudo Campos, Taylor afirmou que seu Governo queria saber a posição do Governo do Estado sobre os problemas existentes na reserva.

A intervenção dos emissários britânicos constitui mais uma evidência da participação direta da Monarquia e da oligarquia britânicas no comando do aparato internacional que manipula os assuntos indígenas e ambientais como instrumentos de intervenção política na Amazônia, bem como da sua influência direta nas redes indigenistas brasileiras, particularmente junto ao CIMI.

As investigações da CPI mostraram que a Associação Amazônia cometeu uma série de irregularidades ao tentar registrar em Manaus (AM) a posse de uma área de 172 mil hectares situada na fronteira Roraima-Amazonas, transformada em verdadeira “terra de ninguém” devido, entre outras causas, ao caótico processo de transferência das terras do antigo território para o atual Estado de Roraima. Segundo a deputada Vera Regina, a Associação Amazônia é uma fachada para justificar a posse da área em questão pelo duque italiano Roberto Paolo Imperiali da Vila Franca, que financiou a compra de inúmeros terrenos de humildes ribeirinhos amazônidas.

A Associação Amazônia foi criada em 1992, especificamente para estabelecer a Reserva Ecológica Xixuaú-Xiparinã, situada na margem direita do rio Jauaperi (divisor entre Amazonas e Roraima) e convenientemente vizinha à gigantesca reserva indígena Waimiri-Atroari, que engloba territórios de ambos os estados. Entre os objetivos alegados para a criação da Reserva Ecológica encontram-se a “criação de um inventário dos recursos naturais da área, como solo, vegetação, clima, diversidade social e biológica, banco genético” e demais predicados do ideário ambientalista. Para tanto, a Associação Amazônia possui diversos convênios com instituições brasileiras e estrangeiras, como o Instituto para a Qualidade de Vida (Dinamarca) e as universidades de Birmingham (Inglaterra), Siena e Salerno (Itália). A Associação é vinculada à UICN e possui escritórios em Manaus (sede), Dinamarca e Itália. Entre outros trabalhos, a Associação já promoveu a filmagem de vários documentários sobre a “vida selvagem” da região para emissoras de televisão inglesas, italianas e dinamarquesas.

Entretanto, o aspecto mais revelador das reais intenções da Associação Amazônia é seu vínculo com a Cruz Verde Internacional, ONG fundada pelo ex-líder soviético Mikhail Gorbachov em 1993 para promover a criação dos “capacetes verdes”, força paramilitar supranacional de intervenção rápida das Nações Unidas para enfrentar crises e emergências ambientais. O vínculo entre as duas ONGs é o programa “Manaus 2000”, fórum internacional para discutir questões ambientais da

Amazônia, criar projetos de “desenvolvimento sustentável” na Reserva Xixuaú-Xiparinã e adquirir uma área de um milhão de hectares no vale do rio Juruá em benefício dos índios denis.

“Segurança ambiental”

Um dos maiores obstáculos para estes desígnios geopolíticos do *Establishment* anglo-americano a consecução da estratégia da “Nova Ordem Mundial” na Ibero-América é constituído por suas Forças Armadas. Para neutralizá-las, os estrategistas da Nova Ordem Mundial acenaram com uma mudança do foco de sua missão, uma vez que o inimigo potencial visível, o comunismo soviético, deixara de existir. Além disso, elas necessitavam de uma “reestruturação”, forçada pela difícil situação econômica dos países ibero-americanos. Para tanto, foi postulado o desmantelamento das Forças Armadas dos países ao sul do Rio Grande, que deveriam ser convertidas em meras forças policiais, sem qualquer capacidade efetiva de defesa das soberanias nacionais. Suas principais missões seriam o combate ao narcotráfico e, exatamente, a “segurança ambiental”.

Em junho de 1998, as Forças Armadas ibero-americanas foram apresentadas ao conceito de “segurança ambiental”. Naquele mês, o Comando Sul do Exército dos EUA e a Subsecretaria de Segurança Ambiental do Departamento de Defesa promoveram uma Conferência de Segurança Ambiental do Hemisfério Ocidental, em Miami. O principal orador da conferência foi o então subsecretário de Estado para Assuntos Globais, Timothy Wirth, que, diante de 300 oficiais militares de 32 países, afirmou que a proteção ambiental é “um assunto legitimamente militar”.

Segundo Wirth, existem planos específicos para cada país, que serão apresentados brevemente a todos os governos da região. No caso do Brasil, por exemplo, a proposta visa a auxiliar na “preservação da Floresta Amazônica”, dando assistência direta às Forças Armadas e ao Ministério do Meio Ambiente. Mencione-se que, em abril do ano passado, o Departamento de Estado publicou um refinado documento intitulado “Diplomacia Ambiental”, com prólogos do vice-presidente Al Gore e da Secretaria de Estado Madeleine Albright, cuja principal mensagem é que “os assuntos de meio ambiente formam hoje parte da corrente principal da política exterior norte-americana”, porque “os problemas ambientais são freqüentemente o núcleo dos desafios políticos e econômicos que enfrentamos ao redor do mundo”.

Dentre as propostas divulgadas por Wirth encontra-se a criação de um sistema internacional de parques ambientais ao longo das fronteiras de diversos países das Américas Central e do Sul, principalmente na Amazônia, onde uma força supranacional cuidaria da preservação ambiental e da integridade territorial. O precedente já foi assentado com a criação da reserva do Condor, região tampão entre o Peru e Equador transformada em “terra de ninguém”.

A Iniciativa do Escudo da Guiana e a geopolítica anglo-americana

As ações da Associação Amazônia e outras ONGs ambientalistas-indigenistas devem ser analisadas à luz de um quadro estratégico mais amplo, que inclui não apenas questões sul-americanas potencialmente destabilizadoras, como a virtual fragmentação da Colômbia sob a ofensiva narcoterrorista em curso, como também o conflito nos Bálcãs, onde a oligarquia britânica e seus aliados estadunidenses, representados pelo vice-presidente Al Gore, um ambientalista fanático, está explicitando a sua velha aspiração de instituir uma estrutura de “governo mundial” comandado pelo cérebro britânico e executado pelos músculos estadunidenses. Esta aspiração suplanta, inclusive, a doutrina anterior destes círculos, de criar um “condomínio” de poder mundial sob a égide do Conselho de Segurança das Nações Unidas, abandonada após a derrocada da União Soviética. Em que pesem as atrocidades cometidas pelos sérvios liderados por Slobodan Milosevic, a sistemática destruição da Iugoslávia pelos bombardeios da OTAN envia um claro sinal para outras nações em desenvolvimento sobre o que poderá suceder-lhes caso resistam às políticas ditadas pela oligarquia anglo-americana, entre as quais o pretendido ambientalismo global e sem fronteiras.

Sob este enfoque, revestem-se de importância especial as advertências do general Patrick Hughes, diretor da Agência de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Agency - DIA) dos EUA, sobre as ameaças potenciais para seu país nos próximos 20 anos, entre as quais incluiu a escassez de matérias-primas e agressões ao meio ambiente. Como exemplo, Hughes disse que se o Brasil resolvesse fazer uso da Amazônia de forma prejudicial ao meio ambiente estadunidense, as Forças Armadas dos EUA deveriam estar prontas para interromper o processo imediatamente. Tais declarações foram feitas em 1998, por ocasião dos incêndios ocorridos exatamente em Roraima, os quais também permitiram que Klaus Töpfer, diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os mencionassem como exemplo de situações que justificariam a intervenção dos “capacetes verdes”, principalmente porque, segundo ele, o incêndio descontrolado já cruzara os limites da reserva ianomâmi.

Independentemente da sua expressão atual, o interesse da região norte da América do Sul para os estrategistas da geopolítica britânica e seus sócios holandeses e franceses é secular. O objetivo de dominar o que denominavam “Ilha da Guiana” - a região delimitada pelos rios Orenoco, Cassiquiare, Negro e Amazonas - foi parcialmente atingido com o estabelecimento das respectivas colônias nas Guianas. O território da “Ilha da Guiana” abrange 1,7 milhão de quilômetros quadrados e cinco países - Venezuela, Guiana (ex-Guiana Inglesa), Suriname (ex-Guiana Holandesa), Guiana Francesa e Brasil (Amapá, Roraima e parte do Amazonas), possuindo aproximadamente cinco milhões

de habitantes. O atual Estado de Roraima situa-se no centro desta “ilha” e a área da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, localizada na tríplice e crítica fronteira Brasil-Guiana-Venezuela, adquire uma importância estratégica singular.

Sob a capa do ambientalismo, a oligarquia anglo-holandesa resolveu criar um programa especial para “proteger” a flora e a fauna do chamado Escudo da Guiana, nome tomado da unidade geológica que engloba grande parte da “Ilha da Guiana”, reorientando o seu alvo geopolítico original. A oportunidade para executar esta mudança cristalizou-se com a iminente desintegração da Colômbia sob a investida narcoterrorista, facilmente prognosticável a partir do Governo Samper Pizano.

O nome oficial do programa é Iniciativa do Escudo da Guiana (Guyana Shield Initiative - GSI), mantido e controlado pelo WWF, UICN-Holanda e outras organizações menores. O programa possui um subprograma de divulgação (Guyana Shield Media Project) e um fundo especial (Guyana Shield Regional Trust Fund), que já recebeu verbas oficiais do Banco Mundial. A coordenação geral está a cargo do Grupo Europeu de Trabalho sobre a Amazônia (EWGA), grupo *ad hoc* integrado por diversas ONGs ambientalistas e por representantes dos governos de vários países amazônicos, inclusive o Brasil, na pessoa de João Mendes Pereira, da Missão Brasileira junto à Comunidade Européia, em Bruxelas, Bélgica. O diretor do EWGA é Wouter Veening, da UICN-Holanda.

A escolha do Escudo da Guiana para justificar o programa se deve à intenção dos planejadores ambientalistas de impor o seu conceito de que “o meio ambiente não tem fronteiras” - no caso, envolvendo uma grande área com características geológicas e biológicas similares e que, por estender-se por cinco países, se presta perfeitamente aos objetivos pretendidos.

Já ao final do século 16, o ouvidor Sampaio chamava a atenção para a importância da “ilha” delimitada pelo oceano Atlântico, rio Orenoco, canal Cassiquiare, rio Negro e rio Amazonas (ver Aimberê Freitas, *Fronteira Brasil-Venezuela - Encontros e Desencontros*, 1998). À época, difundiu-se que o Eldorado, região mitológica onde o ouro existiria em abundância, localizava-se exatamente nesta “ilha”, para onde dirigiram-se levas de aventureiros e conquistadores franceses, ingleses e holandeses, além dos portugueses e espanhóis. O atual Estado de Roraima ocupa o centro da ilha-escudo da Guiana e, apesar da inexistência do Eldorado, são bem conhecidas as suas abundantes riquezas em recursos naturais.

Por sua posição, Roraima foi escolhido pela oligarquia britânica como a primeira área a ser desmembrada das nações aí existentes por intermédio das armas geopolíticas do indigenismo e do ambientalismo.

Na década de 60, em paralelo à “recolonização” africana com as reservas naturais, o explorador inglês Robin Hanbury-Tenison realizou uma série de expedições à América do Sul (Fig. 1), inclusive à região da “Ilha da Guiana”. Como ele mesmo descreve no livro *Worlds Apart*

(Mundos separados), Hanbury-Tenison discutiu as viagens com o príncipe Philip, então presidente do WWF, ocasião na qual Philip destacou a importância estratégica desta região para seus futuros planos. Como fruto de suas viagens, em 1969, foi criada a ONG Survival International como braço indigenista do WWF, com o propósito primário de promover a criação de uma reserva indígena para os índios ianomâmis.

A reserva Raposa - Serra do Sol

Assegurado o controle da fronteira norte-noroeste de Roraima, com a criação da reserva ianomâmi, o aparato ambientalista-indigenista voltou os seus esforços para a região norte-nordeste do Estado. Para tanto, desencadeou uma série de operações paralelas para a criação e demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, localizada na fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, com o duplo objetivo de estabelecer mais um “enclave indígena” e, ao mesmo tempo, expulsar os arroteiros da região, matando no nascedouro uma das poucas tentativas bem sucedidas de desenvolvimento econômico em Roraima.

Em fins de agosto de 1997, realizou-se em Boa Vista um importante encontro internacional de povos indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana. Pela primeira vez, as tribos indígenas que habitam a região fronteira se encontraram para discutir questões como a construção de usinas hidrelétricas e rodovias e a mineração em seus territórios. O evento foi coordenado por um grupo de ONGs ambientalistas-indigenistas, formado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), World Resources Institute (WRI), Environmental Defense Fund (EDF), Instituto Socioambiental (ISA) e Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY) (nominalmente, os promotores do evento foram o Conselho Indigenista de Roraima, a Coordenação Nacional Indígena da Venezuela e a Associação dos Povos Ameríndios).

Um ano depois, em 29 de julho de 1998, cerca de 600 indígenas venezuelanos bloquearam a rodovia El Dorado-Santa Elena, que liga a Venezuela ao Brasil (BR-174), em protesto contra a construção da linha de transmissão da hidrelétrica de Guri, que trará eletricidade ao Estado de Roraima. A razão alegada para o protesto foi que as linhas de transmissão passam por terras de índios Karina, Arawako, Akawalo e Pemon, sem as devidas “compensações” do governo venezuelano. A coordenação geral desta e de outras operações do gênero está a cargo da Coalition for the Amazonian Peoples and Their Environment, ONG sediada em Washington que congrega a fina flor das ONGs ambientalistas-indigenistas internacionais - entre elas, o WWF, WRI, EDF, National Wildlife Federation (NWF), Oxfam, União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), Friends of the Earth (FOE), Cultural Survival e Conservation International. Entre os seus satélites locais, encontramos o indefectível ISA, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e praticamente todas as ONGs supostamente indígenas, como a CCPY, CAPOIB etc. Curiosamente, o CIMI não integra a lista.

Para a Coalition, oficialmente criada em 1990 em Iquitos, Peru, a melhor forma de defender o meio ambiente amazônico é apoiar as reivindicações territoriais dos povos indígenas da região. Recentemente, a entidade induziu ONGs venezuelanas a apresentar um projeto de lei elaborado por antropólogos e advogados para reestruturar os municípios do Estado do Amazonas (Venezuela) seguindo diretrizes étnicas, que incluem a criação de uma cidade exclusivamente para os ianomâmis.

Em 11 de dezembro de 1998, o então ministro da Justiça, Renan Calheiros assinou a Portaria 820, determinando a demarcação da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, com 1,6 milhão de hectares de terras contínuas, que, se efetivada, simplesmente amputaria a única região onde se pratica agricultura moderna e se cria 70% do rebanho bovino de Roraima, atividades produtivas fundamentais para alavancar o futuro desenvolvimento econômico do Estado.

Em fins de julho passado, foi realizado em Ciudad Bolívar (Venezuela) o segundo encontro internacional dos povos indígenas do Brasil, Venezuela e Guiana, ao qual estiveram também presentes representantes do ministério de Relações Exteriores e do ministério de Meio Ambiente da Venezuela. O seminário expressou seu reconhecimento aos presidentes da Venezuela e Guiana pelo espaço que vêm oferecendo aos indígenas nos respectivos processos de revisão constitucional. Segundo o boletim de imprensa divulgado pelos organizadores, apesar de separados por fronteiras nacionais, os povos indígenas da região enfrentam ameaças comuns oriundas de grandes somas investidas em extração e projetos de infra-estrutura - linhas de transmissão, rodovias, minas e concessões madeireiras etc. - planejadas pelos governos para aumentar o fluxo de comércio e investimentos na região. O boletim também afirma que o evento representava uma “efetiva tendência de globalização entre os movimentos sociais envolvendo uma crescente comunicação internacional, cooperação e construção de alianças”. O boletim finaliza com a seguinte exigência: “Nós, Povos Indígenas, exigimos ser informados e consultados antes que seja realizado qualquer projeto de desenvolvimento, e exigimos respeito aos nossos direitos de dizer NÃO”.

No início de outubro, índios pemon derrubaram cinco torres da linha de transmissão Guri-Boa Vista, em território venezuelano, cumprindo ameaças anteriores para que o governo venezuelano reconheça e demarque as suas terras.

O “modelo africano”

A região do mundo onde a estratégia de “colonização por outros meios” da oligarquia internacional se mostra com mais clareza é a África, particularmente nas ex-colônias britânicas. Na década de 60, com o advento do processo de descolonização formal do continente, a oligarquia britânica logrou manter em grande medida o seu controle sobre as antigas colônias. Esta permanência foi possível de duas maneiras: primeiro, pelo sistema de

Figura 2



parques naturais - posteriormente ampliado -, com o qual o aparato ambientalista da Casa de Windsor ficou em posição de poder determinar uma política asfíxiadora das possibilidades de desenvolvimento econômico; e segundo, pelo controle da formação política das novas lideranças africanas, por intermédio de centros como a Universidade de Dar-es-Salaam, na Tanzânia.

O predomínio britânico se mostrou mais evidente no sistema de parques naturais, que, à época da independência, representava mais de 20% do território das antigas colônias britânicas. A maior parte deles, mesmo após a independência, ficou sob o controle de ONGs que gravitavam ao redor do WWF. Atualmente, eles ocupam mais de 8% da superfície do continente e muitos deles são transfronteiriços, abarcando território de dois ou mais países (Fig. 2). Além de eliminar os usos econômicos de grandes extensões territoriais, a localização dos parques foi minuciosamente estudada para obstaculizar a implantação de grandes projetos de infra-estrutura vitais para o desenvolvimento africano, como ferrovias transcontinentais e outros. Com frequência, os parques se situam sobre jazidas de recursos minerais estratégicos, como os das zonas fronteiriças do Níger, que estão sobre uma grande jazida de urânio.

Além disso, os parques têm sido usados como refúgios e áreas de treinamento para diversos grupos guerrilheiros e paramilitares. Por exemplo, o parque Virunga, situado entre Ruanda e a atual República do Congo (ex-Zaire) foi a rota de invasão utilizada pelos terroristas genocidas da Frente Patriótica de Ruanda para a invasão de Ruanda, em 1994, que resultou no assassinato de mais de um milhão de pessoas.

O Conselho Mundial de Igrejas, o indigenismo e a “africanização” do Brasil

Para promover no Brasil uma corrupção cultural análoga ao que logrou promover entre as lideranças africanas, o *Establishment* oligárquico tem manipulado a “carta indigenista”, para a qual muito tem contribuído uma organização pouco conhecida no País, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que tem um dos seus principais instrumentos na difusão da chamada Legenda Negra. A Legenda Negra é um conjunto de distorcidas interpretações de fatos históricos que atribuem todas as mazelas do subcontinente à sua colonização pelos povos ibéricos católicos. Historicamente, a elaboração da Legenda Negra foi parte das operações da Companhia das Índias Ocidentais para quebrar a resistência da Espanha e Portugal ao livre comércio controlado pela Inglaterra e Holanda, à época das invasões holandesas ao Brasil.

Por ocasião da comemoração dos 500 anos da Descoberta da América, em 1992, a Legenda Negra foi relançada pelos defensores da causa indígena alinhados à geopolítica britânica, que criaram o bordão “500 anos de genocídio”, atualmente requeitado por conta da celebração do quinto centenário do descobrimento do Brasil. O objetivo psicológico desta propaganda é inculcar um sentimento de culpa nas populações e autoridades e, assim, facilitar a

aceitação da idéia de que é necessário preservar a cultura primitiva dos indígenas - mesmo que isto signifique, como no caso dos ianomâmis, práticas de canibalismo ou da eliminação do primogênito, caso seja do sexo feminino.

Na primeira etapa do processo para a criação de reservas, que não se diferenciam muito de verdadeiros zoológicos humanos, as tribos indígenas são elevadas à condição de “nações”, para poderem, posteriormente, habilitar-se à autonomia política, que pressupõe jurisdição própria ou supranacional sobre seu território e os recursos nele existentes. Como pode ser facilmente verificado, tais reservas coincidem com importantes jazidas minerais ou bloqueiam a realização de estratégicos projetos de infra-estrutura. Não por acaso, os indígenas são descritos pelo aparato ambientalista internacional como sendo os perfeitos guardiães do meio ambiente. Tal orientação é condizente com a diretriz que pretende implementar o novo presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Carlos Frederico Marés.

A base ideológica para promover a autodeterminação e posterior independência destes povos, ou seja, a ascensão do nacionalismo étnico em oposição ao Estado nacional, tem por eixo a Teologia da Libertação existencialista, que propõe a existência de igrejas autóctones indígenas (pagãs). A entidade designada para coordenar mundialmente as ações dos adeptos da Teologia da Libertação foi o CMI, que, como várias outras instituições oligárquicas, tem sede na Suíça. O CMI foi fundado em 1937, em um seminário realizado na Universidade de Oxford, Inglaterra, do qual participaram representantes da nata do *Establishment* anglo-americano. Um deles foi lordes Lothian, que deu o tom da entidade ao palestrar sobre a “influência demoníaca da soberania nacional”. O CMI é integrado pela Igreja Anglicana, cujo chefe é a rainha da Inglaterra, e outras igrejas protestantes. A Igreja Católica, apesar de não integrá-lo, envia representantes às suas reuniões.

O CMI e dezenas de instituições a ele vinculadas encontram-se entre os principais financiadores de ONGs de “direitos humanos” e até mesmo de insurgências separatistas, como a do Exército Zapatista de Libertação Nacional, que prega a separação pelas armas do estado mexicano de Chiapas, em nome da autonomia indígena.

A denúncia mais contundente sobre o papel do CMI como agente da oligarquia britânica para desestabilizar os Estados nacionais partiu do cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Congregação para a Doutrina da Fé, ao afirmar que “grande parte dos bispos católicos da América Latina se lamentam comigo do fato de que o Conselho Ecumênico de Igrejas (outra denominação para o CMI - n.e.) tem dado uma grande ajuda aos movimentos de subversão, uma ajuda que talvez tivesse boas intenções, mas que acabou sendo bastante danosa para o Evangelho”.

No Brasil, as redes da Teologia da Libertação-CMI se concentram na Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e responsável pela criação de entidades operativas como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento dos Sem-Terras (MST).



Figura 3:
Os parques naturais da África (seg. *Executive Intelligence Review*, 1994).

Para garantir que as ações dos “teólogos da libertação” reproduzissem no Brasil os efeitos do modelo africano, foram deslocados para o País elementos com grande experiência na África, principalmente nas ex-colônias portuguesas, como D. Pedro Casaldáliga, bispo da arquidiocese de São Félix do Araguaia, D. Algo Mongiano, ex-bispo de Roraima recentemente aposentado e D. Franco Masserdotti, atual presidente do CIMI. Igualmente integrante destas redes era o pedagogo Paulo Freire, que, desde 1970 até quase a sua morte, em 1998, foi assessor especial do Departamento de Educação do CMI, tendo lecionado, entre outras, na Universidade de Dar-es-Salaam.

Em particular, a atuação de D. Aldo Mongiano em Roraima foi fundamental para a organização do indigenismo na Amazônia e para a fabricação do clima psicológico de opinião pública necessário para a aceitação das imensas reservas indígenas na região. O labor indigenista de Dom Aldo mereceu menção especial até no jornal *The New York Times*, que, em reportagem publicada em 21/7/96, relatou a sua atuação para a criação da reserva ianomâmi e na organização de outras tribos, como os macuxis, que costumava reunir em assembleias para distribuir gado, dando

suporte às reivindicações territoriais dos indígenas.

A atuação do CIMI ficou mais conhecida a partir de agosto de 1987, quando apresentou uma emenda popular à Assembléia Nacional Constituinte, pela qual tentou introduzir na nova Constituição brasileira o conceito de plurinacionalidade para os indígenas e o de soberania restrita para as suas reservas. O primeiro artigo da emenda dizia que “o Brasil é uma República Federativa e plurinacional”. No artigo 2º, ficava explícito o objetivo desta modificação no Direito Constitucional brasileiro: “Os membros das Nações Indígenas possuem nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira, sem prejuízo da sua cidadania brasileira.” Nos demais artigos, estabelecia que os recursos naturais do solo, subsolo, cursos fluviais, lagos localizados em seus limites dominiais, os rios que nela têm nascente e foz e as ilhas fluviais e lacustres seriam bens das “nações” indígenas.

Contudo, o fator mais explosivo do caso foi a revelação, feita pelo *O Estado de São Paulo*, de que o CIMI havia protocolado na Assembléia Nacional Constituinte, em fins de julho do mesmo ano, a Sugestão Popular S-001, um abaixo-assinado subscrito por milhares de cidadãos austríacos, contendo sugestões que coincidiam essencialmente com a emenda popular do CIMI. Por curiosa coincidência, a cidade de origem dos signatários era Feldkirch, onde D. Erwin Krautler, então presidente do CIMI, concluiu os seus estudos. A revelação da iniciativa teve grande repercussão e provocou a indignação até mesmo de autoridades religiosas, como o arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, que afirmou tratar-se de “uma proposta tão abominável que, se tivesse partido de um governo estrangeiro, seria talvez o caso de o governo brasileiro responder com um ultimato de declaração de guerra”. Na época, o CIMI contava com cerca de 250 missionários trabalhando em tempo integral, espalhados pelos territórios indígenas em todo o país.

A volta do separatismo britânico

Finalmente, e tendo como base as análises e informações precedentes, não é difícil imaginar que na atual fase de

desintegração do sistema financeiro mundial, como visto nas sucessivas crises financeiras deflagradas a partir da crise mexicana de 1994, que a oligarquia anglo-americana busca desesperadamente consolidar a sua ordem mundial malthusiana. Neste particular, os bombardeios desfechados contra o Sudão, o Iraque e a Iugoslávia, assim como os crescente conflitos no Cáucaso e na Ásia Central e, não menos, a ofensiva narcoterrorista contra a Colômbia, nos mostram que o *Establishment* anglo-americano vem reativando todos os cenários do velho “Grande Jogo” geopolítico britânico, com o intuito de “balcanizar” as grandes nações do mundo (Fig. 3).

Essa diretriz foi recentemente reafirmada por Martin Palmer, assessor de “assuntos religiosos e culturais” do príncipe Philip, em uma discussão com um jornalista europeu. Segundo Palmer, “é absolutamente fundamental para a política exterior britânica reforçar o processo de ‘fragmentação dos impérios’... A política exterior britânica, nos últimos 200 anos, tem-se baseado numa idéia central: a fragmentação de outros impérios. A idéia de semear divisões entre os estados árabes é axiomática para o Foreign Office britânico... A Pérfida Albion está viva e ativa. O Foreign Office britânico tem uma certa

agenda, que continua sendo ‘dividir e dominar’”.

Juan Enriquez Cabot, outro porta-voz credenciado do *Establishment* anglo-americano, da Universidade de Harvard, acaba de publicar seu último livro intitulado “Bandeiras, fronteiras, hinos e outros mitos”, sobre o qual fez um resumo na influente revista *Foreign Policy*, publicada pela Carnegie Endowment for International Peace. Disse Cabot: “Estados tamanho Golias - como o Brasil, China, Índia, Indonésia e Rússia - enfrentam enormes desafios internos que poderiam resultar em divisões (territoriais) dentro de suas fronteiras no início do próximo século... As nações do ‘novo mundo’ do Hemisfério Ocidental têm-se sentido acomodadas por muito tempo devido à ausência de divisões históricas ou conflitos catastróficos que, sim, golpearam seus antepassados. Mas na época da globalização, o impulso secessionista não reconhece fronteiras geográficas... Existem mais de 550 nações soberanas, de povos indígenas, que exigem seus direitos”.

É neste contexto que devemos considerar operações como a Iniciativa do Escudo da Guiana, onde o velho imperialismo oligárquico vislumbraram uma ótima oportunidade para ampliar o seu controle estratégico na Amazônia até as faldas dos Andes.

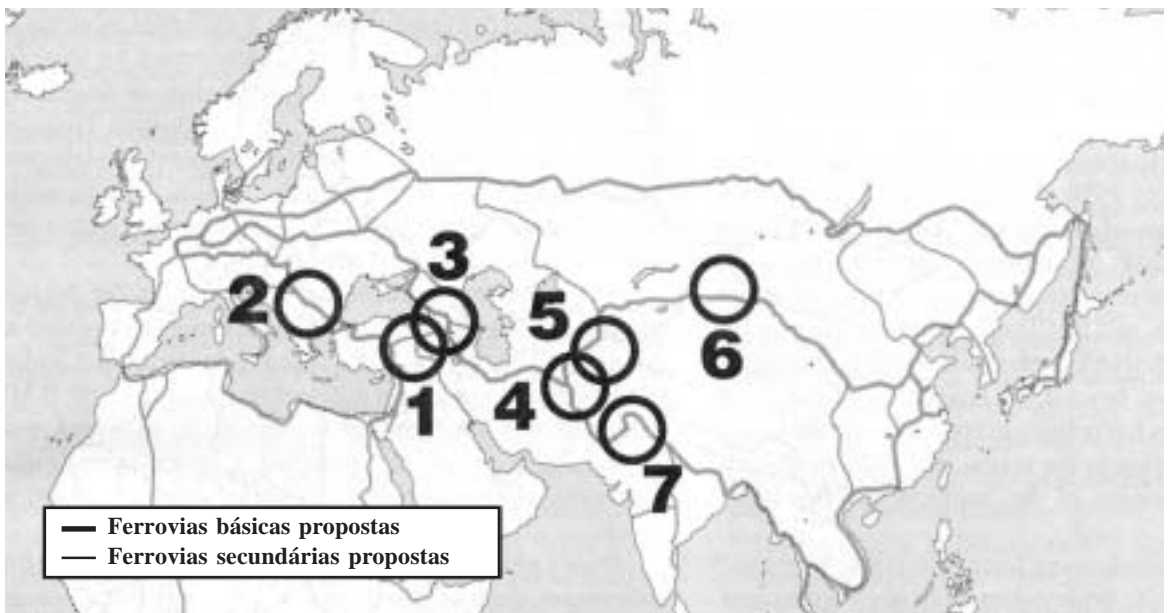


Figura 1: Áreas de conflitos instigados pela geopolítica britânica

Conflitos instigados ou potenciais se sucedem para bloquear o desenvolvimento na Ásia Central dos pontos nodais para a Ásia e Europa, concebidas para a “Nova Rota da Seda”. A guerra de 1991 no Iraque e o conflito curdo (1) bloquearam o caminho europeu para o Oriente Médio e Ásia. As guerras balcânicas (2) romperam o transporte fluvial pelo Danúbio e bloquearam a ferrovia pelo Sudeste Europeu para além da Turquia. Os conflitos na região caucasiana (3) bloquearam as ferrovias necessárias para ligar a Europa e a Rússia europeia com o Oriente Médio e cortaram o fluxo de petróleo de Baku para o Oeste russo. A guerra contínua no Afeganistão (4), a ameaça de guerra civil no Tajiquistão e conflitos na Ásia Central (5), além de potencial rebelião na província chinesa de Xinjiang (6) bloquearam os principais corredores ferroviários requeridos para ligar a China ao Oriente Médio e Europa, via Ásia Central. A ameaça de conflito Índia-Paquistão (7) impediria o estabelecimento de ferrovias pela “Nova Rota da Seda” ao sul.

A missão Schomburgk, antecedentes da geopolítica britânica

A “carta indígena” já foi astutamente empregada pelo *Establishment* colonial britânico no século passado para a conquista da “Ilha da Guiana”, operação que resultou na perda de território brasileiro para a então Guiana Inglesa. A operação foi planejada por lorde Palmerston, que, por 35 anos (1830-65), foi o mentor de incontáveis guerras e revoluções na Eurásia, África e Américas com o propósito de consolidar a hegemonia do Império Britânico, segundo o princípio de “dividir para conquistar”. Desta feita, Palmerston deslocou para a Guiana o explorador alemão Robert Schomburgk, que, sob os auspícios da Royal Geographic Society, fez o trabalho de campo para que territórios habitados por “tribos independentes” fossem, primeiro, “neutralizados”, para depois serem “assimilados”, precedente histórico minuciosamente documentado pelo barão do Rio Branco e à luz do qual a questão das reservas indígenas em Roraima tem que ser necessariamente revista (ver *Obras do Barão do Rio Branco, vol. II - Questões de Limites - Guiana Britânica*, Ministério das Relações Exteriores, 1945).

Desde 1616, os luso-brasileiros se empenharam em tomar posse das terras marginais do rio Amazonas e de seus grandes afluentes em nome de Portugal e Espanha, então unificados. No final do século 17, já haviam transposto o divisor de águas dos rios Branco - Essequibo, permitindo que, em 1690, já se registrassem algumas trocas entre holandeses do Essequibo e índios do Rupunani. Toda a bacia do rio Branco, como o Pirara e o lago Amacu, assim como grande parte da bacia do Rupunani e de seu afluente Cipó, como então os portugueses chamavam o Alto Essequibo, estava na posse do Brasil, confirmada pela delimitação feita pela Holanda antes de 1748 e aceita por Portugal em 1783. De fato, a linha extrema das pretensões holandesas seria o limite meridional das colônias do Essequibo, Demerara e Berbice, isto é, a Serra de Paracaima e a linha traçada da confluência Anaí-Rupunani para sudoeste, até a Serra do Tumucumaque. As possessões portuguesas abrangiam, assim, além dos territórios da bacia do rio Branco, os de ambas as margens do Rupunani a desde sua nascente até a confluência do Anaí. O Tacutu, com o Cotingo e o Maú, seu afluente, assim como o Pirara, tributário do Maú, encontravam-se em território brasileiro.

Foi somente em 1781 que a Inglaterra surgiu em terras da Guiana, tomando da Holanda, como presas

de guerra, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice. Em 1810, os ingleses subiram o Essequibo pela primeira vez, sendo detidos por um destacamento militar português no Pirara, retornando para a margem esquerda do Rupunani. Contudo, em 1827, sir B. D’Urban, governador da Guiana Inglesa, começa a contestar o limite com o Brasil e, em 1837, lorde Palmerston promove a missão Schomburgk, cuja incumbência era examinar as cadeias de montanhas que formam o divisor de águas entre as bacias do Amazonas e do Essequibo, com “objetivos de simples descobertas geográficas”. Em realidade, Schomburgk já havia realizado, desde 1835, viagens de exploração no interior da Guiana por conta da Royal Geographic Society, tendo afirmado, em seu primeiro relatório, que “cerca de 20 milhas acima de sua confluência (do Rupunani, n.e.) com o Essequibo... no que é usualmente considerado a extremidade sudoeste da colônia britânica, eles formaram habitação temporária, ou quartel-general”. Contudo, em seu terceiro relatório, Schomburgk esqueceu tudo o que havia escrito anteriormente e afirmou que o forte de São Joaquim (na confluência do rio Branco com o Urariquera) tinha sido sempre considerado como o limite oriental da Guiana Brasileira. Ele já havia começado a incitar os índios macuxis a entrar em correspondência com o reverendo Thomas Youd, da Missão de Bartika Point, que se estabeleceu na região do Pirara em junho de 1838.

Em fevereiro de 1840, o capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, juntamente com o missionário brasileiro frei José dos Santos Inocentes, empenharam-se em evacuar a missão do reverendo Youd, que, efetivamente, retirou-se para Waraputa Rapids, no Essequibo, “longe dos territórios em litígio”, conforme instruções recebidas da Church Missionary Society of England. Esta ação pareceu ao Governo britânico um “ato de usurpação” e, em nota de 20 de fevereiro de 1841, o encarregado de negócios de S.M. Britânica no Rio de Janeiro comunicava ao ministro de Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho, que o Governo britânico encarregara Schomburgk de explorar e delimitar as fronteiras entre a Guiana Britânica e o Brasil e enviara instruções ao Governo da Colônia “para se opor a toda usurpação sobre o Pirara ou *sobre o território ocupado até agora por tribos independentes*” (grifos nossos). Um mapa da Guiana Britânica, acompanhado de memória explicativa, seria feito de acordo com a linha de fronteiras descrita por

Schomburgk e cópias do mesmo enviadas aos governos do Brasil, Venezuela e Holanda, como declaração da reivindicação britânica, enquanto, ao mesmo tempo, comissários britânicos seriam mandados a erigir marcos nas linhas de fronteiras, tal como reclamado pela Grã-Bretanha. Frei José dos Santos Inocente foi logo intimado por um oficial britânico a abandonar imediatamente a região do Pirara e o território limítrofe da Guiana Britânica, considerado ocupado por “tribos independentes” que reclamavam a proteção da Grã-Bretanha!

O Governo brasileiro concordou em retirar do Pirara os seus delegados e todo o destacamento militar e reconhecer, provisoriamente, a *neutralidade* desta localidade, sob a condição de que as tribos indígenas permanecessem “independentes” e na

posse exclusiva do terreno, até a decisão definitiva dos limites contestados. Ou seja, o Governo brasileiro admitiu a existência de “tribos independentes”, como pretendido pelos britânicos. Em fevereiro de 1842, uma nova expedição de Schomburgk, apoiada por um destacamento militar, chegou ao Pirara e colocou marcos fronteiriços. O território “contestado” pela Inglaterra media 54.687 km², sendo posteriormente (1891) reduzido para 25.187 km², dos quais o Brasil renunciou a 15.087 km² ao aceitar, em 1904, o laudo do rei Vittorio Emanuel I, da Itália, escolhido como árbitro da disputa. Os ingleses tinham agora acesso à Amazônia pelo Pirara e o Brasil perdera o acesso ao Essequibo. Pelos serviços prestados à Coroa britânica, Schomburgk recebeu o título de sir.

A Royal Geographic Society

A Real Sociedade Geográfica (Royal Geographic Society - RGS) foi fundada em 1830, como uma extensão da Sociedade Zoológica de Londres (SZL), fundada em 1826 por sir Stamford Raffles, vice-rei da Índia e fundador de Cingapura. Suas diretorias têm sido praticamente as mesmas e reúnem a nata da inteligência britânica, como pode ser verificado entre seus dirigentes mais recentes: sir Julian Huxley (1935-1942); lorde Alanbroke, ex-chefe do Estado Maior do Reino Unido (1950-1954); lorde Solly Zuckerman, assessor científico do Governo britânico (1955-1984); sir Frank Chappell, ex-comandante geral do Exército britânico e atual diretor geral do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Reino Unido. O príncipe Philip, fundador do WWF, foi também diretor da SZL nos anos 70.

Tanto a RSG quanto a SZL compartilham a ideologia malthusiana-eugênica do WWF e, nas três entidades, há uma forte presença dos seguidores de Charles Darwin e Thomas Henry Huxley. Sir Francis Galton, “fundador” da eugenia (melhoramento racial), foi um dos pilares da SZL em meados do século passado. Michael Huxley, primo de Julian Huxley, foi o fundador da revista *Geographical Magazine*.

Em 1903, o mesmo núcleo da inteligência britânica fundou a Sociedade de Conservação da Fauna e da Flora como braço da política imperial britânica sob a capa da “conservação da natureza”. Seus vice-presidentes fundadores, os lordes Milner, Grey, Cromer, Curzon e Minto, foram todos

procônsoles imperiais, principalmente na Índia e na África. O objetivo principal da “Fauna”, como a denominam seus integrantes, era ampliar o sistema de parques naturais em todo o mundo. Sir Peter Scott, que, além de fundador do WWF, foi presidente da “Fauna” desde os anos 60 até sua morte em 1989 e autor oficial de sua história, assim referiu-se a ela: “Já que o Império naquela época cobria cerca da quarta parte da superfície do globo, foi um bom ponto de partida para a internacionalização do incipiente movimento de conservação da vida silvestre”. Juntamente com a Sociedade Eugênica, a “Fauna” apadrinou a fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza, em 1948 e do WWF, em 1961.

A Survival International foi criada em 1969, como “braço humano” do WWF, tendo contado com o patrocínio de sir Peter Scott, para oferecer financiamentos para “ajudar os povos indígenas a proteger suas terras, seu meio ambiente e seu modo de vida”. Entre os seus fundadores encontramos Edward Goldsmith (fundador da revista *The Ecologist* e irmão de sir James Goldsmith, falecido milionário britânico e importante financiador do aparato ambientalista internacional), John Aspinall, Francis Huxley e John Hemming, presidente da Real Sociedade Geográfica. O primeiro presidente da Survival International foi o explorador Hanbury-Tennison, que desempenhou um papel fundamental para a criação da reserva ianomâmi, com já documentamos anteriormente.

Como a Casa de Windsor criou a reserva ianomâmi

Quando ainda pouquíssimas pessoas no mundo haviam ouvido falar nos ianomâmis, que se autoexterminavam em violentas pugnas intertribais e praticavam comumente o canibalismo e a eutanásia, Robin Hanbury-Tennison, presidente da Survival International, braço “humano” do WWF, empreendeu na década de 60 viagens exploratórias à América do Sul cujos roteiros coincidiram com os eixos naturais de integração do subcontinente: na direção Norte-Sul, percorreu todo o trajeto da Grande Hidrovia, do delta do orenoco à Buenos Aires; na direção Leste-Oeste, apontando a conexão interoceânica fundamental para o desenvolvimento da região central do subcontinente. Em seu livro *Worlds Apart*, o próprio Hanbury-Tennison narra que a decisão para criar a reserva ianomâmi foi tomada em uma reunião realizada no Palácio de Buckingham, no final da década de 1960, entre o príncipe Philip, a rainha Elizabeth II e o explorador inglês, que acabara de apresentar ao casal real um relatório verbal de sua expedição.

Passada a fase exploratória inicial, quando foram “descobertos” os ianomâmis, a Survival International resolveu “nacionalizar” a campanha, após a expulsão do Brasil, em 1976, de sua equipe encabeçada por Kenneth Taylor e pelo antropólogo francês Bruce Albert. Para este propósito, em 1978, Bruce Albert participou da criação da Comissão para a Criação do Parque Yanomâmi, que começou a atuar como a conexão brasileira do lobby oligárquico britânico, convertendo-se em sua principal propagandista frente ao Governo, Congresso e grupos privados brasileiros. Iniciaram-se então diversas campanhas internacionais de pressão que incluíram ações legais contra o Brasil na ONU, na OEA e na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o país passou a aparecer como o “vilão ambiental planetário número um”. Esta etapa terminou com êxito em 1985, com o projeto de lei elaborado pelo falecido senador Severo Gomes em favor do Parque Yanomâmi.

Em 1989, o líder ianomâmi Davi Kopenawa recebeu o Prêmio Global 500 da ONU e foi convidado pela Survival International para fazer uma viagem pela Europa, durante a qual recebeu uma enorme cobertura da imprensa internacional. Em setembro do mesmo ano, ocorreu em Sheffield, Inglaterra, um simpósio intitulado “Amazônia: Meio Ambiente de Quem? Luta de Quem?”, cujo propósito

declarado era organizar uma federação internacional de ONGs para supervisionar as campanhas ambientalistas sobre a Amazônia. Uma das organizadoras do evento foi a Brazilian Network, atuando na Inglaterra e nos Estados Unidos e fundada “para aprofundar o intercâmbio de informações entre grupos comprometidos com o melhoramento dos direitos humanos e a proteção ambiental no Brasil” e que passou a coordenar tais campanhas contra o Brasil. Neste mesmo ano, a Brazilian Network promoveu a visita de diversos líderes indígenas brasileiros à Europa e aos EUA, para expor os impactos dos projetos hidrelétricos então previstos para a Amazônia brasileira. Diante de tal pressão e propaganda, não admira que em vidros de automóveis ingleses tenham aparecido em profusão plásticos com a inscrição “Salve a floresta: queime um brasileiro”.

Um dos ataques mais contundentes e explícitos partiu do falecido presidente francês François Mitterrand quando, na Conferência de Haia realizada em abril de 1989, sugeriu que o Brasil “renunciasse a parcelas de soberania” sobre a região Amazônica. As pressões renovadas produziram efeito no governo de Ferrando Collor de Mello, cuja capitulação a tais influências externas ficou evidente com nomeação para a Secretaria do Meio Ambiente do fanático ambientalista José Lutzenberger, um íntimo do príncipe Charles, que introduziu oficialmente no país as pautas reivindicatórias de seus colegas das redes conservacionistas internacionais. Na ocasião, a *EIR* publicou um artigo devastador demonstrando que Lutzenberger recebia - e talvez ainda receba - importantes doações financeiras da Gaia Foundation, sediada na Inglaterra. Tais revelações foram fundamentais para sua posterior demissão da Secretaria do Meio Ambiente.

Em abril de 1991, o príncipe Charles empreendeu uma visita ao Brasil, quando promoveu um seminário de dois dias a bordo do iate real *Britannia*, ancorado sintomaticamente no rio Amazonas, do qual participaram David Triper, ministro de Meio Ambiente da Inglaterra, William Reilly, diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, Carlo Ripa di Meana, coordenador do Meio Ambiente da Comunidade Européia e Robert Horton, presidente da British Petroleum. Tanto Collor de Mello quanto Lutzenberger estiveram entre os

presentes. Em junho deste ano, em uma manobra que contribuiu para aumentar as pressões sobre o Brasil, o então presidente venezuelano, Carlos Andrés Peres - que, como Collor de Mello, foi posteriormente afastado da presidência por envolvimento em esquemas de corrupção - assinou um decreto determinando a criação da Reserva da Biosfera Alto orenoco, na qual incluiu uma reserva para os ianomâmis, tamponando a conexão natural das bacias Amazonas-Orenoco pelo lado venezuelano. Neste mesmo mês, Collor de Mello visitou Washington onde

o presidente George Bush entregou-lhe uma carta assinada por oito senadores norte-americanos, dentre os quais o atual vice-presidente Al Gore Jr., pedindo que Bush pressionasse seu colega brasileiro para acelerar a delimitação da reserva ianomâmi no lado brasileiro. Em outubro, Henner Ehringhaus, diretor do WWF, reuniu-se com Collor de Mello com a mesma finalidade. Finalmente, em 15 de novembro, o presidente brasileiro assinou o decreto que delimita a imensa reserva ianomâmi contígua à do lado venezuelano.

Como se inventam territórios indígenas

Em setembro deste ano, a *Folha de Boa Vista* publicou uma séria denúncia de Arnaulf Bantel, ex-oficial da Força Aérea Brasileira, que, se comprovada, justifica por si mesma não apenas as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estabelecida em março, mas também uma ampla revisão dos processos que conduziram à criação de todas as reservas indígenas no Estado e mesmo no País. O alvo da denúncia de Bantel, segundo depoimento prestado junto à Procuradoria Geral do Estado de Roraima, é a demarcação da reserva indígena dos wai-wai, localizada no sudeste do Estado, cuja área inicial estipulada pelos antropólogos da Funai foi de 330 mil hectares, aumentada posteriormente para 450 mil hectares. Como de praxe, os antropólogos justificaram a criação desta reserva afirmando no respectivo relatório que os índios em questão habitam a região desde “tempos imemoriais”. Nada mais longe da verdade, ao menos no caso dos índios wai-wai.

Segundo Bantel, os “tempos imemoriais” dos wai-wai em Roraima não vão além da década de 1960, quando foram trazidos da então Guiana Inglesa, atual República da Guiana, em uma ação humanitária do governo brasileiro para evitar o massacre desta etnia por parte dos índios tiriós, que habitavam o sul do Suriname. Bantel foi um dos pilotos da FAB designados para a fazer parte da “Operação Mapuera”, cuja missão foi abrir pistas de pouso ao longo da fronteira do Brasil com a Guiana, na região do rio Anauá, onde os wai-wai roraimenses habitam atualmente. Na Guiana, os wai-wai contavam com a assistência de missões evangélicas norte-americanas que estavam

ameaçadas de serem expulsas do país por Jaddy Jagam, adepto do castrismo cubano e que estava prestes a assumir a Presidência da Guiana.

Bantel relatou que, em 1961, a coordenação do Summer Institute of Linguistics (SIL) procurou as autoridades brasileiras para propor que se tentasse abrigar os missionários norte-americanos em Roraima: “Dessa proposta surgiu um plano que se enquadrava numa filosofia de trabalho existente, desenvolvida pelo então coronel Camarão, da FAB, conhecido pelo trinômio FAB-Missionário-Índio”, contou Bantel ao argumentar que esse plano foi que decidiu a vinda de missionários e índios para o Estado. “Na briga pela demarcação da área pretendida, a Funai afirma em seus relatórios que os wai-wai habitam a região do rio Anauá desde tempos imemoriais”, destacou. “Mas, na verdade, começaram a chegar a partir de 1963, trazidos pelos missionários, em consequência da Operação Mapuera”, complementou.

O Summer Institute of Linguistics é uma das mais antigas ONGs norte-americanas, tendo sido fundada em 1934 por William Cameron Townsend, pioneiro no estabelecimento das missões “religiosas” protestantes na Amazônia. Nesta empreitada, Townsend contou com o apoio irrestrito de Nelson Rockefeller e suas ações foram amplamente documentadas no livro *Seja feita a vossa vontade* (Thy will be done), de Gerard Colby e Charlotte Dennett, publicado no Brasil pela Editora Record (1998). O SIL tem sede no Texas (EUA), opera em mais de 50 países e atualmente é presidido por Kenneth L. Pike, discípulo de Townsend. Os fundos do SIL são provenientes da Wycliffe Bible Translators International, de doações de fundações filantrópicas e mesmo de agências governamentais.

O que é a UICN

Fundada em 1948, as raízes da União Internacional para a Conservação da Natureza encontram-se em um grupo de planejadores políticos e econômicos reunido no Real Instituto de Assuntos Internacionais (RIIA), o principal órgão de planejamento estratégico do *Establishment* britânico. As diretrizes dos trabalhos do grupo eram ditadas pelo controle de matérias-primas, o estabelecimento de critérios para um governo mundial e pela eugenia (“melhoramento racial”). Os dois principais membros do grupo eram Sir Julian Huxley e Max Nicholson, que seriam fundadores tanto da UICN quanto do WWF, por sua vez criado em 1961 para arrecadar fundos para UICN. Não por acaso, a UICN compartilha com o WWF a mesma sede em Gland, Suíça. Grande parte de seu pessoal mais importante é oriundo da Sociedade para a Conservação da Fauna Silvestre do Império e seu estatuto foi elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores da Grã-Bretanha.

Nicholson é autor de um relato histórico semi-oficial sobre o movimento ambientalista e cujo título fala por si próprio: “A Revolução Ambiental: Um guia para os novos senhores do mundo” (*The Environmental Revolution: A Guide for the New Masters of the World*, 1970). Por sua vez, Huxley era um obcecado pelas teses eugênicas, cujos conceitos se esmerou em implantar na carta constituinte da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de que foi o primeiro diretor. Segundo suas próprias palavras, “embora seja certo que por muitos anos será política e psicologicamente impossível qualquer política eugênica radical, para a UNESCO será importante ver que...a opinião pública se mantenha informada dos temas que se manejam, para que muito do que agora é impensável, ao menos possa ser pensável”.

Para Huxley e Nicholson, a “conservação da vida silvestre” representava um elemento crucial para a implantação de um governo mundial. Para justificar suas multifacetadas propostas de controles supranacionais, Huxley dizia que “a propagação do homem deve estar em segundo lugar, depois da conservação de outras espécies”. Por toda a vida, ele foi um obcecado com o controle populacional, ao que chamava “o problema de nossa era”. No período entre as duas guerras mundiais, integrou a Comissão de Pesquisas Populacionais do governo britânico. De 1937 a 1944, foi vice-presidente da Sociedade Eugênica e era seu presidente por ocasião da fundação do WWF. Huxley também teve uma importante participação na elaboração da estratégia conservacionista da África. Em 1960, ele fez uma viagem de três meses ao continente, ao término da qual afirmou que os países recém-libertos do jugo colonial não eram confiáveis para “conservar a vida selvagem”.

A UICN considera que sua principal missão é a conservação da biodiversidade. Junto com o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), criado por Maurice Strong em 1972, e o World Resources Institute,

a UICN empreendeu uma “estratégia global de biodiversidade”, que inspira os planos de conservação de muitas nações. Seu pessoal planeja diretamente as estratégias de conservação e administra os parques nacionais de muitas ex-colônias britânicas.

Outra instituição co-irmã da UICN é a UNESCO, com sede em Paris, igualmente concebida por Sir Julian Huxley com uma dupla missão: popularizar a necessidade de eugenia e proteger a vida silvestre mediante a criação de parques nacionais, especialmente na África. A UNESCO, com um orçamento anual de US\$ 550 milhões, financia uma vasta rede de grupos conservacionistas e define a proteção do meio ambiente como um de seus três objetivos principais.

Já o UNEP, sediado no Quênia, colabora estreitamente com a UNESCO, a UICN e o WWF em diversos projetos. Seu Centro Mundial de Vigilância da Conservação, sediado em Cambridge, Inglaterra, copatrocinado pelo WWF e UICN, é o organismo central de inteligência do movimento conservacionista mundial.

A UICN jacta-se de ser a maior organização ambientalista do mundo, reunindo 103 entidades governamentais e mais 640 ONGs de 68 países. O desígnio unimundista da UICN pode ser aquilatada por declarações públicas de seu atual dirigente, David McDowell, de que “A anacrônica noção de que os Estados-nação são os únicos agentes legítimos para implementar políticas de desenvolvimento tem que morrer”, lamentando-se porque o Banco Mundial pode negociar apenas com governos, e que “Este é um legado e uma responsabilidade de nosso passado que precisa ser modificado”. Em outra ocasião, deixou clara sua repulsa pela existência de fronteiras nacionais, que separam eco-sistemas e dificultam a cooperação entre os eco-gerentes, propondo a criação de “parques de paz” para reduzir as históricas tensões ao longo de fronteiras entre os países.

De acordo com o cineasta Kevin Douglas, em artigo publicado em 5 de janeiro de 1999 na *newsletter* francesa *Intelligence*, intitulado “O movimento ambientalista - a história secreta de uma revolução”, a UICN já administra 10% da área total terrestre. Segundo ele, “o arquipélago verde de parques nacionais, florestas nacionais, monumentos nacionais e outras áreas ocupam mais terra que a Índia, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal, Butão, Afeganistão, Irã e Birmânia em conjunto”. Estas áreas são todas “estritamente protegidas”. Quando outras 40.000 áreas cuja proteção é mais branda são incluídas na lista, “a área total sob conservação mais do que dobra, atingindo os mencionados 10%”.

As raízes do WWF

Fundado em 1961, o WWF foi criado para ampliar as ações da União Internacional para a Conservação da

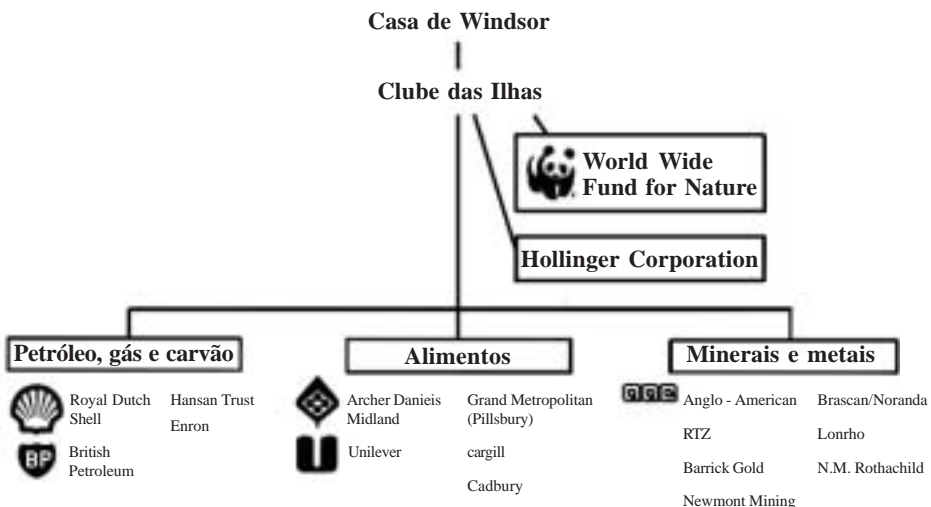
Natureza (UICN). A fundação do WWF ocorreu em um momento de particular relevância para os interesses estratégicos do *establishment* britânico, devido aos movimentos de independência que se espalhavam pelo continente africano. O WWF foi instrumental para assegurar a predominância do controle das empresas da Commonwealth sobre os recursos naturais africanos, com o seu controle sobre grande parte da vasta rede de parques e reservas naturais que retalham a maioria dos países do continente. Ao mesmo tempo em que impedem a exploração pelo nacionais dos recursos naturais neles existentes, como minérios e outros, tais instalações obstaculizam ou inviabilizam empreendimentos de infraestrutura de grande porte imprescindíveis ao desenvolvimento sócio-econômico regional. Estima-se que cerca de 8,2% do território da África subsaariana esteja ocupado por reservas e parques, em sua quase totalidade multinacionais, número este que chega a 40% do território da Tanzânia e a 30% do de Zâmbia, por exemplo. Uma variante desta estratégia pode ser apreciada na América do Sul com a campanha internacional do WWF que, sob o pretexto da proteção do ecossistema do Pantanal, tenta inviabilizar a implantação da Hidrovia Paraná-Paraguai, obra fundamental para a interiorização do desenvolvimento sócio-econômico do coração do continente e elemento vital para a futura interligação das bacias do Prata-Amazonas-Orinoco que, uma vez concluída, representaria

para a América do Sul um papel semelhante que a da hidrovia Reno-Danúbio, por exemplo, representou e representa para a Europa.

Desde a sua fundação, o WWF tem sido encabeçado pelo príncipe Philip, consorte da rainha Elizabeth II da Grã-Bretanha. Para primeiro presidente internacional do WWF, Philip recrutou o príncipe Bernardo da Holanda, que renunciou ao posto em 1975 devido ao seu envolvimento nos escândalos da Lockheed. Em 1953, Bernardo foi também fundador da Sociedade Bilderberg, que patrocina reuniões anuais que envolvem a nata das elites unimundistas da Europa e da América do Norte para coordenar estratégias de ação comuns.

Para apoiar as atividades do WWF, Bernardo criou, em 1971, o chamado “Clube 1001”, que analistas de inteligência apontam como a maior reunião de plutocratas e oligarcas do planeta. O Clube, cujos membros fundadores foram pessoalmente selecionados por Bernardo e Philip e no qual só se pode ingressar por convite, reúne membros das casas reais européias, executivos das grandes corporações e bancos do *Establishment* e, em alguns casos, importantes personalidades do crime organizado. Cada um dos membros paga uma taxa de 10.000 dólares, que é investida no financiamento das atividades do WWF. O prédio onde se situam atualmente as sedes do WWF e da UICN, em Gland, Suíça, foi doado pelo Clube 1001.

A Casa de Windsor e o controle das matérias-primas



Controle de matérias-primas minerais por empresas da Comunidade Britânica (% da produção mundial em 1995)

platina – 78%	titânio – 47%	vanádio – 32%	estanho – 24%
cobalto – 64%	manganês – 42%	chumbo – 30%	ferro – 21%
ouro – 59%	níque – 140%	prata – 29%	carvão – 15%
bauxita – 58%	croMo – 39%	cobre – 25%	petróleo – 12%

As raízes do ambientalismo

Ao contrário do que sugere a propaganda, o ambientalismo não é um fenômeno sociológico espontâneo, decorrente de uma conscientização cientificamente fundamentada de crescentes parcelas da população sobre a inadequação do modelo de desenvolvimento proporcionado pela industrialização para a estabilidade ambiental do planeta. Na verdade, ele é produto de um sofisticado processo de “engenharia social” desenvolvido por importantes centros de ação política e pesquisa como o Instituto Tavistock, a Fundação Rockefeller, o Instituto Aspen, o Fundo Mundial pela Natureza (WWF), o Clube de Roma e outros. Para facilitar a difusão do ideário ambientalista entre a população, o *establishment* criou e financia uma vasta rede internacional de organizações não-governamentais (ONGs), que atuam como verdadeiras “tropas de choque” do movimento.

A “engenharia social” pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder político e econômico. Sua aplicação é feita, principalmente, por intermédio dos meios de comunicação de massa, geralmente controlados pelos grupos dominantes.

O princípio básico da “engenharia social” é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva. No livro *“Battle for the Mind: A Physiology of Conversion and Brainwashing”* (Batalha pela mente: uma fisiologia da conversão e da lavagem cerebral), de 1957, o Dr. William Sargant, um especialista do Instituto Tavistock que passou vários anos estudando o “otimismo tecnológico” da população dos EUA, descreve o conceito: “Vários tipos de crenças podem ser implantados em um grande número de pessoas, depois que as funções cerebrais tenham sido suficientemente perturbadas pelo medo, raiva ou excitação acidentais ou deliberadamente induzidas. Dos resultados causados por tais distúrbios, o mais comum é a capacidade de julgamento temporariamente prejudicada e a suscetibilidade elevada. Suas várias manifestações de grupo são às vezes classificadas sob o rótulo de ‘instinto de rebanho’ e aparecem mais espetacularmente em tempo de guerra, durante epidemias severas e em todos os períodos similares de perigo comum, que aumentam a inquietação e, assim, a suscetibilidade individual e de massa”.

Em maio de 1967, os principais “engenheiros sociais” do mundo reuniram-se em Deauville,

França, cujo principal objetivo foi atualizar as redes do Instituto Tavistock sobre a situação de vários trabalhos em andamento e ajudar a defini-los melhor. Segundo os informes obtidos, chegou-se a um consenso geral acerca de certas diretrizes:

* A promoção da contracultura do rock, drogas e sexo, em um período pouco superior a uma geração, se transformaria na cultura global dominante; isto significaria o fim da civilização cristã ocidental, encerrando o que se considerava a “Era de Peixes” e abrindo a “Era de Aquário”.

* O progresso científico tal como definido pelo sucessivo domínio do homem sobre as leis do Universo, deveria ceder a uma visão do homem reduzido a uma parte da natureza, cujas leis seriam imutáveis e incognoscíveis.

* Os sistemas de governo baseados nos paradigmas industriais e pré-industriais anteriormente predominantes não mais funcionariam nesta Nova Era “pós-industrial”. Os governos cairiam e os Estados-nações desmoronariam, na medida em que o homem criasse novas e maneiras mais empáticas de se relacionar entre seus semelhantes.

Em 1968, Zbigniew Brzezinski, que participou da reunião de Deauville, publicou o livro *The Technetronic Age* (publicado no Brasil com o título *América, laboratório do mundo*, Ed. Artenova, 1971), uma obra quase ilegível, onde argumenta que esta nova era lançará as bases para uma ditadura benevolente por parte de uma elite mundial. A sociedade, afirma ele, caracterizar-se-á por uma “revolução da informação”, pela “cibernética” e pela substituição da “orientação para as conquistas” por um “enfoque de entretenimento” baseado em “espetáculos (esportes de massa e TV) que forneçam um narcótico para massas crescentemente sem propósito...Novas formas de controle social podem ser necessárias para limitar o exercício indiscriminado pelo indivíduo de suas novas capacidades. A possibilidade de um extensivo controle [químico] da mente requererá a definição social dos critérios comuns de restrição, bem como de utilização”.

As declarações de Brzezinski são ecoadas no livro *The Chams Ahead* (O abismo à frente), de Aurelio Peccei, igualmente presente à citada reunião, o homem designado por Tavistock para criar o Clube de Roma, super-organização para a promoção mundial do ambientalismo. A “Nova Era”, a “Era da IBM” estão entre nós, escreve Peccei. Portanto, diz ele, isto requererá dramáticas

mudanças na maneira como o homem governa a si próprio, bem como a sua relação com a natureza. O que se necessita, afirma, é uma nova forma de “gerenciamento de crises” e planejamento. Este último é global por natureza e, portanto, será antagonizado pelos governos existentes, sentencia. Em outro documento ideológico do Clube de Roma, intitulado *The Human Quality*, Peccei utiliza os mesmos argumentos do príncipe Phillip, fundador e presidente mundial da WWF, de que o homem tem uma opinião muito elevada sobre si mesmo - o homem é parte da natureza e é apenas um animal que, por sua arrogância, coloca a natureza em perigo e, portanto, deve aceitar sua subserviência em relação à natureza - tal é o argumento de Peccei.

As diretrizes básicas do movimento ambientalista estão contidas em uma passagem do chamado “Relatório da Montanha de Ferro” (publicado no Brasil com o título *A paz indesejável*, Ed. Laudes, 1969), documento elaborado em meados da década de 60 por um grupo de cientistas reunido por agências do Governo dos EUA para determinar os problemas que este país enfrentaria em um cenário de paz permanente. A passagem é reveladora do pensamento dos “engenheiros sociais” que buscavam “um substituto crível da guerra, capaz de orientar os padrões de conduta humana no interesse da organização social”. Segundo eles, “os inimigos substitutos possíveis citados anteriormente seriam insuficientes. Uma exceção pode ser o modelo de poluição ambiental, se o perigo que apresentasse para a sociedade fosse genuinamente iminente. Os modelos fictícios teriam de apresentar uma extraordinária convicção, e o realce de um considerável sacrifício de vida; a criação de uma atualizada estrutura mitológica ou religiosa para tal fim apresentaria dificuldades...mas não pode deixar de ser considerada”.

O Instituto Tavistock

O Instituto Tavistock, sediado em Londres, tem uma longa história de aperfeiçoamento de técnicas de lavagem cerebral. Conhecida como “Freud Hilton”, a Clínica Tavistock, posteriormente transformada em Instituto, foi criada e financiada por redes diretamente ligadas à família real britânica e tem atuado como braço de guerra psicológica da monarquia britânica. Nos Estados Unidos, uma de suas principais patrocinadoras é a família Rockefeller.

O homem que deu forma à Tavistock e desenvolveu as técnicas de lavagem cerebral, que ficaram conhecidas como “Método Tavistock”, foi o brigadeiro-general John Rawlings Rees, que se tornou diretor da Clínica em 1932. Rees foi o primeiro a propor a indução deliberada de formas

controladas de comportamento neurótico e, mesmo, psicótico, com o propósito de exercer um controle psicológico de massa sobre a sociedade. Rees não escondia um desprezo aberto pelas minorias, situando-as no que chamava “o décimo psicopatológico” da população ou “os estúpidos” (*dullards*). Segundo Rees, “Aldous Huxley estava planejando produzir um estrato de homens subnormais que fizessem os trabalhos fastidiosos da sociedade; relamente, não necessitamos produzir mais deles, pois já os há em grande número”.

Com o incentivo de Rees, as equipes de Tavistock desenvolveram métodos para a concretização de uma ordem mundial fascista, inclusive o uso dos meios de comunicação de massa para criar o que foi rotulado um *ambiente psicologicamente controlado*.

Os “tavistockianos” conferiram especial atenção ao trabalho de destruição da família e à psicologia infantil. O ponto de ataque foi o enfoque na “sexualidade infantil” e seus efeitos sobre o desenvolvimento da personalidade, visando produzir uma população adulta cujo desenvolvimento intelectual e emocional fosse o de crianças neuróticas.

A Segunda Guerra Mundial forneceu à Tavistock os meios de testar suas técnicas de lavagem cerebral em massa, sob a égide dos serviços de inteligência anglo-americanos. Estes testes tendiam a corroborar as malignas teses de Rees e seus seguidores segundo as quais grupos de indivíduos, tanto pequenos quanto grandes, sob condição de tensão induzida e controlada, podiam ser induzidos a tornar-se mais infantis e, portanto, renunciariam a crenças firmemente imbuídas de modo a conformar-se à opinião popular vigente. Estes resultados poderiam ser dirigidos por um controlador ou líder de grupo treinado nos métodos de Tavistock, ou, como agora chamam em nossas escolas, um “facilitador”.

Em 1947, com o financiamento de seus patronos reais, a Clínica Tavistock se converteu no Instituto Tavistock de Relações Humanas, de modo a aumentar sua capacidade de dirigir suas agora vastíssimas operações. Em troca, os novos centros de recrutavam mais indivíduos para serem treinados no “Método Tavistock” e, com eles, foi possível lançar uma operação mais ampla para tomar o controle de grandes instituições governamentais, trabalhistas, educacionais e empresariais a partir de seu interior.

Como pode se observar pelo movimento ambientalista, cujas campanhas mais importantes são concebidas por técnicos de Tavistock e orientadas por “facilitadores” tavistockianos, esta operação ainda está em marcha.

O Memorando NSSM – 200: o malthusianismo institucionalizado na política exterior dos EUA

Nota dos editores: O documento a seguir foi publicado pela revista *Executive Intelligence Review* (EIR) em 1991.

Documentos confidenciais do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos (National Security Council - NSC), emitidos a partir de 1974 e desclassificados como secretos pelo Governo norte-americano em 1989-90 - aos quais a *EIR* teve acesso recentemente -, comprovam contundentemente que Henry Kissinger, então chefe do Conselho de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, atualmente, no cargo ocupado na época por Kissinger, e o então diretor da Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency - CIA), posteriormente presidente George Bush, foram os artífices de uma política secreta de seu governo, orientada para a imposição de programas de redução de população aos países do chamado Terceiro Mundo, sob pretextos de segurança nacional e preservação de recursos minerais.

Segundo revelam os documentos, tal política secreta foi levada a cabo com um amplo financiamento de organismos oficiais, como a USAID (Agência para o Desenvolvimento Internacional), e entidades nominalmente privadas, como a International Planned Parenthood Federation (IPPF), cuja subsidiária no Brasil, a Sociedade de Bem-estar Familiar (BEMFAM), a principal agência de controle de natalidade do País e a maior responsável pelos programas de esterilização maciça que vêm sendo aplicados no mesmo.

Já nas primeiras páginas da documentação obtida, o Conselho de Segurança Nacional relacionou uma lista de “13 países-chaves”, os quais deveriam ser submetidos a rígidos programas de redução de população, “devido ao seu crescente papel político e estratégico” e por serem considerados de “especial interesse estratégico e político para os Estados Unidos”: Brasil, Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia.

Os documentos confirmam categoricamente as recentes denúncias do ministro da Saúde do Brasil, Alcenio Guerra, contra agências estrangeiras, inclusive governamentais, responsabilizando-as pelos ilegais programas de esterilização maciça aplicados a milhões de mulheres brasileiras, nos últimos anos.

Efetivamente, em 24 de abril de 1974, Henry Kissinger enviou aos secretários de Defesa e Agricultura,

ao diretor da CIA, ao subsecretário de Estado, ao diretor da USAID e ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, um documento confidencial, codificado como *National Security Study Memorandum-200* (NSSM-200) e intitulado *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* (Implicações do Crescimento da População Mundial para a Segurança Nacional e os Interesses Externos dos Estados Unidos).

O documento afirmava: “O Presidente ordenou um estudo sobre o impacto do crescimento da população mundial sobre a segurança nacional e os interesses externos norte-americanos. O estudo deverá abranger, pelo menos, até o ano 2000, e utilizar diversas projeções alternativas de crescimento demográfico”. Outros aspectos considerados eram os “problemas comerciais que os Estados Unidos poderiam enfrentar, provenientes da competição pelos recursos” e a “probabilidade de que o crescimento da população produza desequilíbrios ou interrupções nas políticas externas e instabilidade internacional”.

Mais tarde, em outubro de 1975, Kissinger enviou a versão final do documento, com 250 páginas, ao presidente Gerald Ford, solicitando-lhe a emissão de uma resolução (*Decision Memorandum*), confirmando a necessidade de que “os Estados Unidos assumam a liderança nos assuntos de população mundial”. Em anexo ao estudo, Kissinger apresentou duas recomendações adicionais: o aumento dos fundos destinados ao planejamento familiar e uma “forte ênfase” na motivação aos líderes políticos dos “países-chave no setor em desenvolvimento”, para a aceitação de tais programas.

Um mês depois, em novembro, Brent Scowcroft emitiu a resolução favorável, codificada como *NSDM-314*, endossando as propostas de Kissinger. Desta forma, a execução da política anti-natal sugerida ficou sob a responsabilidade do Conselho de Segurança Nacional, o qual se comprometia a elaborar informes anuais, analisando políticas, iniciativas e metas populacionais, cujos elementos passaram, a partir de então, a ser considerados integrantes da política governamental norte-americana, para cujo tratamento foi criado um “Grupo Ad Hoc”. O primeiro informe anual, datado de maio de 1976, foi enviado por Scowcroft a vários membros do gabinete presidencial, inclusive o então diretor da CIA, George Bush.

Tanto o ex-secretário de Estado Henry Kissinger quanto o próprio presidente George Bush, cuja presidência tem dado continuidade às políticas iniciadas na “Era Kissinger”, têm um longo histórico na promoção e execução de políticas abertamente malthusianas e racistas.

Segundo o Diário de Debates do Congresso dos Estados Unidos, de 5 de setembro de 1969, o então deputado George Bush apresentou à Câmara dos Deputados um informe sobre os resultados de uma audiência promovida pela Comissão Republicana de Recursos Terrestres e População, presidida por ele, apoiando as teorias de “melhoramento racial” de dois notórios cientistas racistas norte-americanos, os professores William Shockley, da Universidade de Stanford, e Arthur Jensen, da Universidade da Califórnia.

Coerentemente com a herança de seu pai, Prescott Bush, membro fundador da IPPF, George Bush endossou as idéias relativas aos “aspectos hereditários das capacidades humanas” e alertou sobre os “problemas ambientais causados pelo nosso rápido crescimento demográfico”. Em seu informe, Bush falou com entusiasmo sobre as afirmativas de Shockley, segundo as quais “com nossos bem-intencionados programas de bem-estar social, talvez, inconscientemente, estejamos degenerando a qualidade da população dos EUA”.

Em 1973, no prólogo do livro *World Crisis: The U.S. Response* (Crise Mundial: A Resposta dos Estados Unidos), de Phyllis Piotrow, Bush escrevia: “O problema da população não é mais um assunto privado. Em um mundo com cerca de 4 bilhões de habitantes, o crescimento populacional e a maneira de conte-lo são assuntos públicos que demandam a atenção de líderes nacionais e internacionais...Está totalmente claro que um dos maiores desafios dos anos 70 será controlar a fertilidade mundial...”.

Durante a recente guerra contra o Iraque, submetido a intensos e indiscriminados bombardeios aéreos, o então presidente George Bush, uma vez mais, demonstrou o seu despreço e falta de compaixão pelas as vidas de milhões de vítimas inocentes. Agora está claro que a guerra constituiu, tão-somente, o pretexto perfeito para levar a cabo programas estratégicos de redução da população não-branca. Para Bush, a guerra não é senão uma continuação dos programas de “planejamento familiar” por outros meios.

O controle do crescimento populacional, como uma maneira de preservar os recursos naturais, não degenerará a pureza racial das oligarquias anglo-saxãs, constitui o cerne da “Nova Ordem Mundial apregoada por Bush e apoiada fervorosamente por Kissinger, dirigida contra os valores fundamentais da civilização cristã ocidental, como a dignidade e a santidade da vida humana.

O Brasil na alça de mira

Entre as 13 nações-chave citadas pelo memorando *NSSM-200*, alinham-se países possuidores de vastos recursos naturais, considerável potencial econômico e,

sobretudo, na época, com lideranças políticas determinadas a promover um rápido desenvolvimento industrial em seus países. Em relação ao Brasil, por exemplo, a emissão do memorando coincidiu com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), durante o governo do presidente Ernesto Geisel, no qual se afirmava que “o Brasil pode, legitimamente, aspirar ao desenvolvimento e à grandeza”, criando “uma sociedade desenvolvida, moderna, progressista e humana”.

O II PND afirmava que “o Brasil ainda se coloca como país subpovoado, em relação à disponibilidade de terra e outros recursos naturais. Como país soberano, se pensa no direito de adotar posição conseqüente com essa verificação de ser ainda país subpovoado, ou seja, de deixar que sua população continue crescendo a taxas razoáveis, para efetivar o seu potencial de desenvolvimento e dimensão econômica”. Tal afirmativa, sob a ótica de Kissinger e do Conselho de Segurança Nacional, contrariava os interesses nacionais dos Estados Unidos, pelo que o Brasil, particularmente, foi colocado como “país-chave” da política malthusiana de Kissinger e seus comparsas.

“O Brasil”, diz o documento *NSSM-200*, “com uma população atual de 100 milhões, claramente domina o continente (latino-americano) demograficamente; no final do século, sua população alcançará o nível da população norte-americana de 1974, cerca de 212 milhões de pessoas. As perspectivas de rápido crescimento econômico - se estas não forem frustradas por um exagerado crescimento demográfico - auguram para o Brasil um crescente status de poder na América Latina e no resto do mundo, nos próximos 25 anos”.

Por outro lado, o documento assinala os elevados custos comparativos de se concederem contribuições financeiras politicamente importantes para as economias dos países menos desenvolvidos, notando, em troca, “o quão mais eficientes podem ser os gastos efetuados em controle populacional do que no aumento da produção, por meio de investimentos diretos em projetos de energia, irrigação e fábricas adicionais”.

Como uma forma de ameaçar os países que não sigam suas recomendações, o estudo apresenta um cenário alternativo: “uma série de desastres agrícolas poderiam transformar alguns dos países menos desenvolvidos em casos malthusianos clássicos, com a fome de milhões de pessoas”.

Essa parte da análise conclui que a eventual perda de mercados externos para os produtos norte-americanos, que poderia resultar da redução do crescimento populacional, seria compensada pelas vantagens que os Estados Unidos desfrutariam ao manter o controle do poder mundial. “Sob o ponto de vista dos interesses norte-americanos, tal redução das necessidades alimentícias nos países menos desenvolvidos seria claramente vantajosa. Ela não reduziria os mercados comerciais norte-americanos para os alimentos, já que a redução de consumo que resultaria de uma queda do crescimento

populacional somente afetaria os pedidos de ajuda alimentícia e não as operações comerciais...(Isto aumentaria a possibilidade de um desenvolvimento a longo prazo e a integração em uma ordem mundial pacífica”.

Controle de recursos naturais e de população

Uma preocupação especial exposta no documento, o que o Governo norte-americano considera o maior perigo para os seus interesses: um rápido crescimento populacional naquelas regiões onde se localizam os recursos minerais que os EUA definiram ser de seu interesse estratégico. “A localização de reservas conhecidas de minérios de mais alto teor da maioria dos elementos favorece uma dependência crescente de todas as regiões industrializadas de importações dos países menos desenvolvidos. O problema real suprimentos minerais reside, não na disponibilidade física básica, mas nos temas econômico-políticos relativos ao acesso a eles, os termos de exploração e a divisão dos benefícios entre os produtores, consumidores e os governos dos países de origem”.

O documento agrega que, na ausência de políticas de estabilidade populacional, “é provável que companhias estrangeiras sejam expropriadas e submetidas a intervenções arbitrárias. Seja por ações governamentais, conflitos trabalhistas, sabotagem ou distúrbios civis, o fluxo contínuo de materiais necessários será comprometido. Não obstante o fato de que a pressão populacional não constitui, obviamente, o único fator envolvido, tais classes de frustrações são menos prováveis sob condições de crescimento populacional reduzido ou nulo”.

Prosseguindo, diz o memorando: “Sejam quais forem as medidas que se tomem para resguardar-se de uma interrupção nos fornecimentos...a economia norte-americana requererá grandes e crescentes quantidades de recursos minerais do Exterior, especialmente dos países menos desenvolvidos. Este fato amplia o interesse dos Estados Unidos na estabilidade social, política e econômica dos países fornecedores. Onde quer que a diminuição das pressões populacionais, mediante uma taxa de crescimento reduzida, possa aumentar a perspectiva de tal estabilidade, a política populacional adquire relevância para o fornecimento de recursos (minerais-EIR) e para os interesses econômicos dos Estados Unidos”.

Ofensiva diplomática

O estudo do Conselho de Segurança Nacional confere relevância à necessidade de empreender uma agressiva atividade diplomática e de relações públicas para impor a sua visão malthusiana aos dirigentes dos países do Terceiro Mundo, muitos dos quais, como admite o próprio estudo, mostraram suas objeções aos programas de controle de natalidade durante a Conferência Mundial de População, em Bucareste, em agosto de 1974.

Entre as recomendações do estudo, encontram-se: primeiro, que a imposição “diplomática” das políticas malthusianas nos países do Terceiro Mundo deverá ocorrer por intermédio de agências multilaterais, em vez de por intervenção direta dos Estados Unidos; segundo, a integração do planejamento familiar com os aspectos ligados ao desenvolvimento; terceiro, a persuasão dos líderes políticos dos benefícios do planejamento familiar; e, por último, a premiação, com ajuda econômica, daquelas nações que demonstrem boa conduta em seus programas de planejamento familiar.

As agências multilaterais, afirma o documento, deverão lograr uma maior credibilidade e status porque “podem fomentar ações em governos e outras instituições dos países menos desenvolvidos...Os Estados Unidos poderiam trabalhar neste sentido com as organizações internacionais interessadas (p.ex., OMS, UNFPA, Banco Mundial, UNICEF)”. Para tanto, o memorando recorda a experiência obtida pelo “Departamento de Estado dos Estados Unidos e a USAID no estabelecimento do Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (UNFPA)”.

Por outro lado, o documento adverte: “Existe o risco de que alguns líderes dos países menos desenvolvidos vejam na pressão dos países desenvolvidos para o planejamento familiar uma forma de imperialismo racial e econômico. Isto poderia acarretar um sério retrocesso...Os Estados Unidos podem ajudar a atenuar a acusação de que há uma motivação imperialista por detrás do seu apoio a atividades de população, sustentando reiteradamente que o seu apoio provém de uma preocupação com: a) o direito dos indivíduos de decidir livre e responsabilmente o seu número de filhos; e b) o desenvolvimento econômico e social fundamental dos países mais pobres”.

“Finalmente, - afirma o memorando - prover o planejamento familiar integrado a serviços de saúde em uma base ampla ajudaria aos Estados Unidos a combater as acusações ideológicas de que estão mais interessados em diminuir o número de pessoas dos países menos desenvolvidos do que em seu futuro e bem-estar”.

Segundo o documento, para se conseguir uma queda na fertilidade, o ideal para o futuro seriam famílias com apenas dois filhos, para o que se sugerem “políticas seletivas que contribuirão para a redução da população, bem como para outros objetivos”. O memorando enfatiza, também, os programas educativos que tenham efeitos diretos sobre a fertilidade, ao propor a adoção de técnicas de “educação e doutrinação das novas gerações de crianças, considerando os benefícios de famílias menores”. Finalmente, recomenda-se o aumento das verbas para pesquisas em contracepção, juntamente com o uso de injeções contraceptivas de longo efeito e a esterilização.

Guerra alimentícia

Talvez, a parte mais cruel do estudo-memorando seja aquela na qual se propõe o emprego da ajuda

alimentícia como arma para obrigar os países pobres a aceitarem os drásticos programas de controle populacional.

Segundo o documento, “há, também, um precedente estabelecido a ser levado em conta sobre o desempenho do planejamento familiar na avaliação dos requisitos assistenciais da USAID e dos grupos consultivos. Dado que o crescimento populacional constitui um determinante principal do aumento da demanda por alimentos, a disposição de recursos escassos deve considerar os passos que um país está dando no controle da população, assim como a produção de alimentos. Nestas relações sensíveis, é importante, tanto em estilo quanto em conteúdo, evitar a aparência de coerção”.

Adiante, os autores do *NSSM-200* perguntam: “Poderão os alimentos serem considerados um instrumento de poder nacional? Seremos obrigados a tomar decisões sobre a quem podemos, razoavelmente, ajudar e, se assim for, deverão ser os esforços populacionais um critério para tal ajuda? Estão os Estados Unidos preparados para aceitar um racionamento de alimentos para ajudar povos que não possam ou não controlem o seu crescimento populacional?”

A política em execução

O primeiro informe anual elaborado pelo Grupo Ad Hoc do Conselho de Segurança Nacional reiterou os temas tratados no memorando *NSSM-200* e estabeleceu que “o primeiro passo para executar a nova política aprovada pelo Presidente era assegurar que todos os funcionários em Washington e no campo fossem informados do conteúdo essencial da política de população do NSC...Nossos funcionários devem conhecer os aspectos fundamentais do crescimento populacional e estar plenamente convencidos da importância deste assunto”.

Prosseguindo, o informe diz que “no caso de países menos desenvolvidos não comprometidos com programas populacionais, nossos esforços devem estar afinados com as suas sensibilidades e atitudes peculiares. Principalmente, devemos evitar a expressão “controle de natalidade” e utilizar “planejamento familiar” ou “paternidade responsável”, enfatizando o intervalo entre os filhos, a saúde da mãe e do filho e o bem-estar da família e da comunidade”.

Para os países do Terceiro Mundo onde a carência de serviços e instalações médicas seja a norma, um anexo do informe considera que os programas de controle de

Nome _____

End. _____

Cidade _____ UF _____ CEP _____

Tel.: _____ E-mail _____

Opção de pagamento:

Cheque nominal ao Movimento de Solidariedade Ibero-americana.

Depósito bancário no Bradesco, em nome do MSIA, ag. 0445-6, c.c. 109.848-9.

Envie seu pedido e cheque ou comprovante de pagamento ao

Movimento de Solidariedade Ibero-americana

R. México, 31 s. 202 CEP 20031-144 – Rio de Janeiro – RJ Telefax (21) 532-4086

natalidade poderiam adquirir um caráter informal. “Os mais rápidos e vigorosos programas - afirma - parecem estar-se orientando na direção dos serviços de distribuição não-comerciais e não-medicinais de pequenas povoações...alguns deles (pessoal paramédico) fazem esterilizações seguras, se bem treinados e supervisionados, embora a USAID tenha preferido utilizar médicos na execução de esterilizações”.

O informe também pede a aceleração dos programas de controle populacional: “O importante, a execução efetiva do Plano de Ação traçado em Bucareste”, para o que “devemos garantir que organizações como o Banco Mundial, OMS, UNIDO, UNICEF e UNFPA, assim como outras organizações privadas voluntárias, desempenhem um papel ativo no apoio dos programas de população”.

Segundo o informe, os programas de controle de natalidade norte-americanos para o Exterior deveriam ser intermediados por agências confiáveis: “O Fundo das Nações Unidas para Atividades de População (UNFPA) e a entidade privada International Planned Parenthood Federation (IPPF) representam os dois canais mais importantes para intermediar a ajuda que provém de organizações internacionais. Estes intermediários podem operar algumas vezes com eficácia limitada em países

onde os programas de assistência bilateral da USAID não sejam, agora, aceitos. Pelo menos na metade dos 13 países-chave do *NSSM-200*, o esforço norte-americano está limitado ao nosso apoio indireto para as atividades desses intermediários”.

O informe também sugere que a USAID amplie suas atividades no campo da prevenção à natalidade e que seja mais ativa, aproveitando “qualquer oportunidade para transmitir, pelos meios de comunicação disponíveis (rádio, televisão, filmes e, até, histórias em quadrinhos), mensagens de planejamento familiar”. Com um sentido de urgência, o Anexo pede o aumento do orçamento para as atividades de população, bem como que o Banco Mundial analise os efeitos secundários dos programas de fertilidade vinculados à nutrição e que coordene as suas atividades com o UNFPA.

Sobre o papel do Banco Mundial em tais atividades, o Anexo informa que, “segundo uma recomendação do Painel de Assessoria Externa de População, o Banco Mundial incluirá sistematicamente em seus principais relatórios econômicos uma análise da população como uma variável do desenvolvimento. Estes relatórios servirão ao banco como bases para a discussão de estratégias de desenvolvimento e programas com os países-membros”.

Defenda a Nação com a arma das idéias

Assine agora o jornal quinzenal

Solidariedade Ibero-americana

por apenas R\$ 40,00

preencha a ficha no verso para assinar